



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024

EDITAL

(Processo nº 00200.013430/2022-59)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria da Diretoria-Geral nº 3.362, de 2022, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Política de Contratações do Senado Federal, estabelecida no Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 9 de junho de 2022, do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.013430/2022-59, a abertura de licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, destinada à contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos para viabilizar cursos e treinamentos na modalidade híbrida em duas salas de aula; para melhoria da qualidade do vídeo no auditório Antônio Carlos Magalhães; e para prestação de serviço de suporte a longo prazo desse sistema, para o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: 03/01/2024

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09h30

SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos para viabilizar cursos e treinamentos na modalidade híbrida em duas salas de aula; para melhoria da qualidade do vídeo no auditório Antônio Carlos Magalhães; e para prestação de serviço de suporte a longo prazo desse sistema, para o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.



SENADO FEDERAL

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1 – tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2 – estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.3 – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4 – estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5 – encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.6 – constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que



SENADO FEDERAL

utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.3.7 – em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.

2.4 – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1 – SICAF e Relação de Servidores disponível no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.4.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.3 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

2.4.4 - Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

2.5 – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 – As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7 – É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

CAPÍTULO III – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total de cada item**, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento e prestação de serviço do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo 1).



SENADO FEDERAL

3.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.3 – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

3.4 – O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

3.4.1 – Materiais e equipamentos referentes aos itens 32 e 33: no máximo, 30 (trinta) dias corridos; materiais e equipamentos referentes aos demais itens (1 a 31 e 34 a 36): no máximo, 120 (cento e vinte) dias corridos; ambos contados da data de celebração do contrato.

3.4.2 – Serviços de instalação (item 37): no máximo, 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da emissão da ordem de serviço para execução da instalação; início da instalação em até 10 (dez) dias corridos a contar da data de recebimento provisório dos equipamentos e materiais, com conclusão em, no máximo, 30 (trinta) dias corridos;

3.4.3 – Serviço de treinamento (item 38): no máximo, 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da emissão da ordem de serviço para execução do treinamento; início do treinamento em até 07 (sete) dias corridos a contar da data de finalização do serviço de instalação, com conclusão em, no máximo, 05 (cinco) dias corridos;

3.4.4 – Serviços de suporte e manutenção (item 39): a execução se iniciará a contar da data de recebimento definitivo dos **todos** materiais e equipamentos a serem fornecidos (itens 1 a 36) e do serviço de instalação a ser prestado.

3.4.5 – Prazo de garantia das instalações, dos equipamentos e dos materiais utilizados de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto (funcionamento pleno do sistema), conforme Parágrafo Décimo da Cláusula Quarta do contrato (Anexo 3 do edital).

3.5 – A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

3.6 – Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

3.7 – A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

3.7.1 – de condições de participação:



SENADO FEDERAL

- a) sobre ciência do edital;
- b) sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

3.7.2 – para fins de habilitação:

- a) sobre atendimento aos requisitos de habilitação;
- b) sobre inexistência de impedimento à habilitação;
- c) sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- e) sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

3.7.3 – de cumprimento da legislação trabalhista:

- a) sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;
- b) sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

3.8 – A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

3.9 – Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.10 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

3.11 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.11.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.



SENADO FEDERAL

3.12 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA

4.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

4.2.1 – Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail licita@senado.leg.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

4.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4.6 – O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO V – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

5.1 – A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

5.2 – A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.3.

5.3 – Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:



SENADO FEDERAL

5.3.1 – proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

5.3.2 – proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexecutabilidade;

5.4 – Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

5.5 – Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.3.

CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 – Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1 – Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

6.4.2 – Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

6.4.3 – Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.5 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.



SENADO FEDERAL

6.5.1 – O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.6 – Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

6.6.1 – A possibilidade de exclusão de lance inexecutável por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.7 – Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo de real).

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 – Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei nº Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2 – Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3 – Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1 – Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas



SENADO FEDERAL

propostas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.3.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7.4 – A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.4.1 - Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

7.4.2 - Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de menor preço global.

CAPÍTULO IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.



SENADO FEDERAL

9.1.2 – Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 4 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1 – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o *e-mail* licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

10.1.2 – O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.1.3 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.1.4 – Em relação aos bens a serem fornecidos, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

10.1.5 – Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.6 – A proposta será desclassificada quando:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e



SENADO FEDERAL

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11.1.6.1 - O SENADO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea “d” acima.

10.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 1).

10.2.1 – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.2.2 - Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3 – Se houver indícios de inexecutibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

11.1.1 – Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2 – Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.3 – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.



SENADO FEDERAL

11.3.1 - CAPACIDADE TÉCNICA:

CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em nome da licitante.

b) Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou, de forma satisfatória, serviços de engenharia similares, em características, prazos e quantidades, ao objeto da presente licitação, assim entendido:

b.1) Fornecimento de pelo menos 1 (uma) unidade dos equipamentos descritos nos itens de 1 a 5 no Anexo 2 do edital, uma vez que estes são os principais itens que caracterizam o conceito desejado para a solução;

b.2) Prestação de suporte e manutenção em sistemas de áudio e vídeo por período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses;

b.2.1) Quanto ao aspecto qualitativo, não é necessário que a comprovação das parcelas de maior relevância técnica apontadas nas alíneas “b.1” e “b.2” acima seja formalizada, necessariamente, em único atestado, sendo admitido o somatório de atestados.

b.2.2) Para a comprovação do lapso temporal mencionado na alínea “b.2” (24 meses), será admitido o somatório de atestados, desde que as contratações correspondam a períodos sucessivos, mas não concomitantes.

b.2.3) Para a comprovação do quantitativo mencionado nas alíneas “b.1” e “b.2” acima será admitido o somatório de atestados.

b.2.4) Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:

c) A licitante deverá apresentar declaração indicando o nome, CPF, número do registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), do(s) responsável(is) técnico(s) que acompanhará(ão) a execução dos serviços de que trata o objeto deste edital, anexos e contrato, devendo referir-se a profissional(is) de nível superior com formação em



SENADO FEDERAL

Engenharia: Elétrica, Eletrônica, Telecomunicações, Mecatrônica, de Controle e Automação, da Computação, de Redes de Comunicações, ou de Software; e que tenham vínculo com a empresa licitante.

c.1) A comprovação do vínculo a que se refere a alínea “c” se fará com a apresentação de cópia dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, de declaração de contratação futura do responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

d) Certidão de Registro do(s) Responsável(is) Técnico(s), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da região a que estiver(em) vinculado(s).

e) Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), comprovando que o(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa licitante na forma da alínea “c” atuou(aram) como responsável(is) técnico(s) na execução dos serviços descritos nas alíneas “b.1” e “b.2”.

e.1) Não é imprescindível que a comprovação das parcelas de maior relevância técnico-profissional apontadas na alínea “e” seja formalizada, necessariamente, em um mesmo atestado, sendo, portanto, admitido o somatório de atestados.

f) A licitante deve disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, tais como documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços.

11.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

a.1) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente

a.2) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.2.1) Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;



SENADO FEDERAL

a.2.2) Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

a.2.3) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

b) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.3.3 - OUTROS DOCUMENTOS:

a) A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 3.7.2 deste edital.

11.4 – Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

11.4.1 – O prazo para envio dos documentos de que trata o item 11.4 é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.4.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.4.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.5 – O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.5.1 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.5.1.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Secretaria da Coordenação de Processamento Externo de Licitações do Senado Federal, situada na Via N2, Bloco 16, CEP 70.165-900, Brasília-DF, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.6 – Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:



SENADO FEDERAL

- a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

11.6.1 - A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.7 – Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

11.7.1 – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o *e-mail* licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.7.2 – O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.7.3 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.7.4 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.8 – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.8.1 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.8.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.



SENADO FEDERAL

11.9 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.10 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.10.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.10.2 – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.11 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.11.1 – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11.12 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.12.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;



SENADO FEDERAL

- d)** compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;
- e)** identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f)** identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

11.12.2 – Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.12.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a)** inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b)** relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

12.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIII – DO RECURSO

13.1 – Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

13.1.1 – O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.



SENADO FEDERAL

13.1.2 – Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

13.1.3 – Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.

13.2 – Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

13.2.1 – Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3 – O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal, quando houver recurso, e pela Diretora-Geral do Senado Federal nos demais casos.

14.2 – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

14.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado globalmente à vencedora do certame.

CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.1.1 – O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela



SENADO FEDERAL

Administração.

15.1.2 – Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 15.1.

15.1.3 – O SENADO poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 15.1.

15.1.4 – Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 15.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

15.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XVI – DAS PENALIDADES

16.1 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido no item 15.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

16.2 – As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 15.1.4, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 16.1.

16.3 – Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

16.4 – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

16.5 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XVII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1 – Até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste



SENADO FEDERAL

Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

17.2 – Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

17.2.1 – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

18.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.4 – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

17.4.1 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

17.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no Portal da Transparência do Senado Federal para os interessados.

CAPÍTULO XVIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

18.2 – Integram este edital os seguintes anexos: Anexo 1 – Termo de Referência; Anexo 2 – Especificações Técnicas; Anexo 3 – Minuta do Contrato; Anexo 4 – Modelo de Apresentação de Proposta; e Anexo 5 – Planta Do Instituto Legislativo Brasileiro - ILB.

18.3 – Os atos normativos do Senado Federal referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www12.senado.leg.br/transparencia/leg/legislacao-relacionada>.

18.4 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

18.5 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica,



SENADO FEDERAL

mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

18.6 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

18.7 – A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Senado Federal no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

18.8 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XIX – DO FORO

19.1 – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 13 de dezembro de 2024.

FELIPE GUIMARÃES CÔRTEZ
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2023

(Processo nº 00200.013430/2022-59)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO	Contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos para viabilizar cursos e treinamentos na modalidade híbrida em duas salas de aula; para melhoria da qualidade do vídeo no auditório Antônio Carlos Magalhães; e para prestação de serviço de suporte a longo prazo desse sistema, para o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal.						
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Anexo 2 do edital.						
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PTRES: 191886 Natureza de despesa: 339039; 449052						
FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Décima Quarta do Contrato, Anexo 3 do edital.						
JUSTIFICATIVA	Para viabilizar cursos e treinamentos na modalidade híbrida em duas salas de aula. Portanto, espera-se como resultado que o ILB possa ofereça treinamentos com a opção de participação presencial e online de forma simultânea.						
ADJUDICAÇÃO	Menor preço global						
QUANTIDADE, PREÇO(S), ESTIMADO(S), E CATMAT E CATSER	Item	Quantidade	Descrição resumida	Unidade	CATMAT/ CATSER	Preço unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
	1	4	CÂMERA DE VÍDEO PTZ UHD 4K NDI	Unidade	604559	34.626,67	138.506,68
	2	2	PAINEL DE CONTROLE REMOTO DA CÂMERA DE VÍDEO PTZ NDI	Unidade	604251	22.392,56	44.785,12
	3	2	MICROFONE DE MATRIZ DE TETO	Unidade	338061	58.376,67	116.753,34
	4	2	PROCESSADOR DE ÁUDIO DSP	Unidade	236931	31.356,85	62.713,70



SENADO FEDERAL

	5	4	CAIXA PARA SONORIZAÇÃO AMBIENTE	Unidade	470931	11.100,33	44.401,32
	6	2	MONITOR 85" TOUCHSCREEN	Unidade	460902	31.599,15	63.198,30
	7	2	SUPORTE MÓVEL PARA MONITOR 85"	Unidade	341056	6.135,40	12.270,80
	8	4	RECEPTOR PARA MICROFONES	Unidade	338935	17.625,06	70.500,24
	9	2	MICROFONE AURICULAR SEM FIO	Unidade	254378	10.212,02	20.424,04
	10	2	MICROFONE BASTÃO SEM FIO	Unidade	236699	8.478,12	16.956,24
	11	6	BATERIA PARA MICROFONE SEM FIO	Unidade	342057	1.920,00	11.520,00
	12	2	CARREGADOR DE BATERIA PARA MICROFONE SEM FIO	Unidade	331868	6.976,33	13.952,66
	13	2	UNIDADE DE CAPTURA DE VÍDEO HDMI/USB	Unidade	483815	1.261,67	2.523,34
	14	2	DISTRIBUIDOR HDMI	Unidade	604336	286,33	572,66
	15	1	TELA DIGITALIZADORA 15,6" COM CANETA	Unidade	383009	6.593,31	6.593,31
	16	1	BOLSA PROTETORA PARA TELA DIGITALIZADORA	Unidade	262410	234,78	234,78
	17	2	NOBREAK	Unidade	235043	5.005,63	10.011,26
	18	1	MATRIZ HDMI 4x2	Unidade	472728	2.078,46	2.078,46
	19	3	APRESENTADOR SEM FIO USB	Unidade	475604	183,29	549,87



SENADO FEDERAL

	20	7	CABO HDMI 2.1 30M FIBRA ÓPTICA	Unidade	411424	473,54	3.314,78
	21	3	CABO DE REDE	Caixa	383076	951,85	2.855,55
	22	100	CONECTORES PARA CABO DE REDE	Unidade	234739	0,78	78,00
	23	4	CABO XLR PARA XLR DE 1 METRO	Unidade	361355	34,73	138,92
	24	4	CABO HDMI PARA HDMI DE 10 METROS	Unidade	390325	101,28	405,12
	25	8	CABO HDMI PARA HDMI DE 5 METROS	Unidade	430399	51,49	411,92
	26	8	EMENDA HDMI PARA HDMI	Unidade	482664	22,88	183,04
	27	4	CABO USB-A PARA USB-B DE 1 METRO	Unidade	294639	26,27	105,08
	28	4	CABO EXTENSOR USB-A DE 10 METROS	Unidade	443473	117,12	468,48
	29	4	CABO USB-C PARA HDMI DE 4 METROS	Unidade	605455	283,33	1.133,32
	30	7	ADAPTADOR HDMI PARA DVI	Unidade	409921	25,87	181,09
	31	4	CONVERSOR ATIVO HDMI PARA VGA	Unidade	431538	72,30	289,20
	32	40	LÃ PARA ISOLAMENTO ACÚSTICO	Metros quadrados	406223	94,22	3.768,80
	33	40	BANDA ACÚSTICA	Metro	462371	5,59	223,60
	34	2	SWITCH DE REDE 24 PORTAS POE+	Unidade	484075	8.484,58	16.969,16



SENADO FEDERAL

	35	6	ESTAÇÃO DE TRABALHO	Unidade	482381	18.359,63	110.157,78
	36	12	MONITOR PARA ESTAÇÃO DE TRABALHO	Unidade	451810	1.036,80	12.441,60
	37	1	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	Serviço	27111	64.722,00	64.722,00
	38	1	TREINAMENTO	Serviço	3840	40.100,00	40.100,00
	39	54	SERVIÇO DE SUPORTE E MANUTENÇÃO	Meses	27103	11.744,33	634.193,82
	Valor total (R\$)						1.530.687,38
	Observação: Em que pese constar do sistema Comprasnet unidades distintas, para fins de formulação da proposta deverão ser consideradas as unidades de medida informadas na tabela acima, nos termos do item 1.1.1 deste edital.						
VIGÊNCIA DO CONTRATO	Conforme Cláusula Décima Sétima do Contrato, Anexo 3 do edital.						
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Cláusula Nona do Contrato, Anexo 3 do edital.						
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	<p>Os equipamentos deverão ser entregues na TV Senado, localizado no Senado Federal, Via N2, Anexo II – Brasília-DF – CEP: 70165-900, em dias úteis, durante o horário das 8h às 16h.</p> <p>Os serviços de instalação e suporte deverão ser prestados no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e no auditório Antônio Carlos Magalhães, localizados no Senado Federal, Via N2 – Brasília-DF – CEP: 70165-900.</p>						

FELIPE GUIMARÃES CÔRTEZ

Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024

(Processo nº 00200.013430/2022-59)

ANEXO 2

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO PARA SALAS DE AULA HÍBRIDAS

O ILB, Instituto Legislativo Brasileiro, é uma escola de governo do Senado Federal reconhecida e autorizada pelo MEC. Foi solicitada a aquisição de equipamentos e materiais para viabilizar, em duas salas de aula distintas, cursos e treinamentos na modalidade híbrida, isto é, nos quais haverá alunos presentes nas salas de aula e alunos remotos via plataforma de videoconferências.

A figura 1 mostra o diagrama esquemático para a solução proposta para cada uma das salas de aula híbridas.

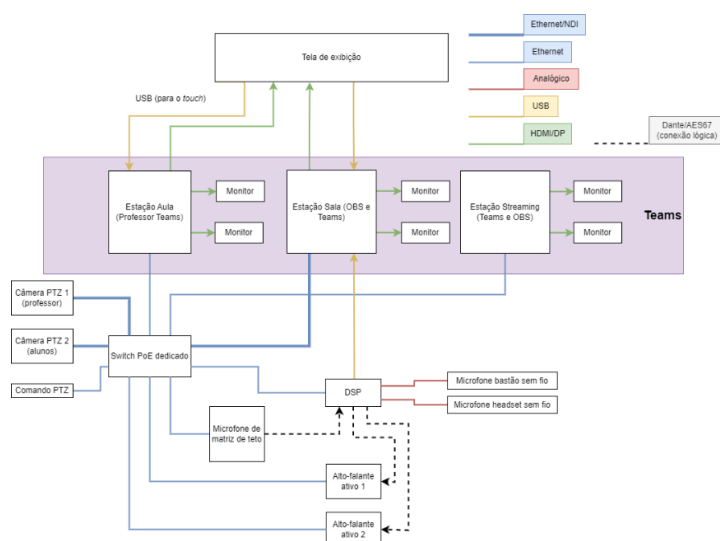


Figura 1: Componentes para as salas de aula híbridas e suas interligações.

No teto de cada uma das duas salas do ILB, haverá duas câmeras de vídeo tipo *pan*, *tilt* e *zoom* (PTZ, *pan* é o movimento horizontal, *tilt* é o movimento vertical e *zoom* é o movimento de aproximação ou distanciamento da imagem). A câmera PTZ 1 será montada no fundo da sala de forma a capturar as imagens do professor e/ou apresentações principais frontais. A câmera PTZ 2 será montada na parte frontal da sala de forma a capturar as imagens dos alunos



SENADO FEDERAL

presenciais. Essas câmeras estarão conectadas a um switch dedicado, a ser comprado para a solução audiovisual, único para as duas salas, do tipo power over ethernet (PoE) para a alimentação direta dos dispositivos. Um painel de comando PTZ específico para as câmeras será conectado ao mesmo switch dedicado e montado fisicamente na mesa do operador, que poderá fazer os ajustes e posicionamentos das duas câmeras.

Os componentes do sistema de áudio digital também se conectam fisicamente ao switch dedicado, que os interconecta logicamente pelo protocolo AES67/Dante e os alimenta via PoE. O processador de sinais digitais (DSP) é responsável por concentrar o tráfego do sinal de áudio entre o computador que participará da videoconferência e os equipamentos de áudio (microfone e alto-falantes), bem como aprimorar a qualidade do sinal. O microfone de teto será o ponto principal para capturar a voz tanto do professor quanto dos alunos presentes na sala. Adicionalmente, para se cobrir uma eventual falha deste microfone, haverá para cada sala um microfone de bastão sem fio e um microfone do tipo headset, cujas estações receptoras podem ser mantidas conectadas ao DSP. A voz do professor deve ser amplificada nos alto-falantes para garantir que todos na sala possam escutá-lo com clareza. Ao final da instalação do sistema completo, deverá ser feito o seu alinhamento de áudio, configurando a região de captura do microfone de teto, definindo os parâmetros de equalização ao ambiente físico e ativando os algoritmos que o DSP tiver disponíveis, como o cancelamento acústico de eco (AEC) e o controle automático de ganho (AGC).

Haverá três estações de trabalho, sendo a estação Aula disponibilizada para o professor e as estações Sala e Streaming a serem utilizadas pelo operador. Todas são capazes de se conectar via HDMI à tela de exibição, possuem um navegador web, o software Microsoft Teams e o software OBS, com o plug-in NDI. Elas possuirão duas interfaces de rede, uma para se conectar ao switch dedicado para os sinais audiovisuais e outra para se conectar à rede interna do Senado provida pelo Prodasen. Recomenda-se que as estações sejam idênticas para que sirvam de contingência umas das outras.

A estação Aula terá a função principal de disponibilizar o conteúdo a ser apresentado pelo professor para a conferência no Teams via compartilhamento de tela. Além disso, será a principal responsável por exibir algum conteúdo na tela de exibição da sala, por exemplo, o mesmo conteúdo sendo apresentado ou a própria conferência no Teams. Caso o professor deseje usar um notebook pessoal, a solução também disponibilizará interfaces HDMI/USB para que o notebook seja conectado à estação Aula.

A estação Sala terá a função principal de disponibilizar no Teams, na forma de um participante a mais na conferência, os sinais de áudio e vídeo gerados na sala física. O sinal deste participante será disponibilizado pelo software OBS instalado nessa estação, que gerará cenas com os sinais NDI das câmeras e o áudio do microfone de matriz de teto vindo do DSP. Além disso, o áudio do Teams recebido por essa estação também será recebido pelo DSP e disponibilizado na sonorização da sala. Notar que o DSP deve estar configurado para garantir que o som na sala não realmente com o microfone. Além disso, o operador deverá ser capaz de controlar o sistema de áudio via software instalado nesta estação.



SENADO FEDERAL

A estação Streaming terá a função principal de fazer o streaming da conferência. A estação se conecta ao Teams como um participante a mais e envia a janela da conferência para o OBS, que fará o streaming para a plataforma desejada, por exemplo, o YouTube.

Qualquer uma das estações poderá ser responsável pela gravação da reunião do Teams e disponibilização na nuvem, mas recomenda-se que tal função seja desempenhada pelo operador, ou seja, na estação Sala ou Streaming.

Por fim, a tela digitalizadora a ser fornecida será uma ferramenta para auxiliar o professor a ministrar sua apresentação no caso de os ouvintes estarem majoritariamente remotos, permitindo que ele faça anotações na sua apresentação. Ela também auxiliará o professor no caso da produção de aulas gravadas.

Adaptações de Infraestrutura

Como as salas disponíveis no ILB para esse projeto não possuem interligação com nenhum sistema de alimentação alternada redundante provenientes da SINFRA, nobreaks de pequeno porte serão adquiridos e instalados para garantir que não haja problemas nas telas de exibição e nas estações devido a picos ou faltas momentâneas de tensão elétrica. O requisito de ter uma instalação elétrica estabilizada é exigido pelos próprios fabricantes dos equipamentos para que seja válida a garantia contra defeitos.

Para a instalação no teto das câmeras PTZ, do microfone e, potencialmente, dos alto-falantes, serão necessárias a passagem de cabeamento de rede e a instalação de eletrocaldas no prédio do ILB por trás do forro de gesso. Esses serviços, incluídos os materiais necessários, deverão ser fornecidos pela contratada.

Quanto ao tratamento acústico, uma das salas é separada de uma terceira apenas por uma divisória, sendo que usuários de ambas as salas já relataram problemas de isolamento acústica entre elas, que seriam intensificados com a inclusão da sonorização ambiente na sala de aula. Será instalada pela equipe de infraestrutura do Senado uma parede de *drywall* dupla com tratamento acústico entre elas, sendo que a lã de isolamento acústica e a banda acústica serão comprados neste processo. Para que a obra possa ser iniciada antes da chegada dos equipamentos, será exigido prazo mais curto para o recebimento desses dois itens.

Quanto ao ruído do ar condicionado, o nível de ruído ambiente medido em ambas as salas do ILB foi de 47,5 dB. Ao se ligar o ar condicionado, no auditório, o nível subiu para 54,5 dB com a mínima velocidade do vento e 59,5 dB com a máxima velocidade do vento. Na sala 12, independentemente da velocidade do vento, o nível médio permaneceu em torno de 56,0 dB na sala, atingindo 57,3 dB próximo da máquina, que está na parte frontal da sala, ao lado do professor e atrás do forro de gesso. Deseja-se que o algoritmo de redução de ruído aplicado pelo DSP e a configuração de zonas de captura do microfone sejam capazes de ao menos atenuar o ruído nos momentos em que o ar condicionado estiver ligado.



SENADO FEDERAL

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO PARA O AUDITÓRIO INTERLEGIS

Foi também solicitado um estudo para uma solução que melhore a qualidade dos sinais de vídeo no auditório Antônio Carlos Magalhães (Interlegis) que não incorra em mudanças significativas nos equipamentos atualmente instalados, principalmente os projetores. A figura 2 mostra o diagrama esquemático para a solução proposta para o auditório, com as caixas em cinza representando equipamentos que já existem no auditório.

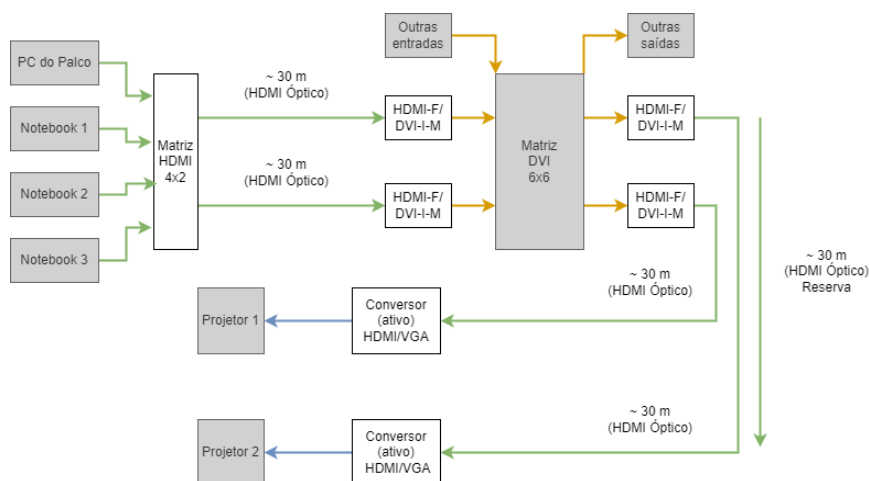


Figura 2: Solução proposta para o novo cabeamento e adaptações do Interlegis.

Sendo o longo cabeamento VGA que conecta a cabine aos projetores e ao computador do palco a principal fonte de baixa qualidade de sinal que pode ser endereçada neste contexto, recomenda-se sua troca por cabos de fibra óptica com conectores HDMI, que alia a boa qualidade da fibra óptica a um conector de uso comum e que pode facilmente ser usado com adaptadores.

Para se evitar danos aos conectores HDMI do cabeamento longo, serão utilizadas de emendas ou adaptadores nas pontas desses cabos seguidos por cabos menores para a conexão nos terminais, como os computadores e projetores. Adicionalmente, foi incluída uma matriz HDMI para possibilitar que até dois sinais de vídeo sejam enviados do palco para a cabine.



SENADO FEDERAL

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM 1 - CÂMERA DE VÍDEO PTZ UHD 4K NDI

Referências: Canon CR-N300, PTZOptics PT20X-4K ou equivalente técnico.

Quantidade: 4 (Quatro)

Descrição: Câmera de vídeo tipo PTZ, com saída de vídeo NDI;

Características Mínimas:

- 1.1. Câmera de vídeo com circuito e mecanismo PTZ (*pan, tilt e zoom*) embutido na própria câmera;
- 1.2. Resolução efetiva do sensor: ≥ 8 Megapixel (3840 x 2160);
- 1.3. Taxa de zoom óptico mínimo: 20x;
- 1.4. Taxa de zoom digital mínimo: 16x;
- 1.5. Iluminação mínima: aproximadamente 1,5 lux;
- 1.6. Modos de balanço de branco: Auto e manual;
- 1.7. Modos de ajuste de foco: Auto e manual;
- 1.8. Movimento:
 - 1.8.1. Faixa de movimento panorâmico: 340° (-170 a 170°);
 - 1.8.2. Possuir velocidade de operação panorâmica: $\geq 100^{\circ}/s$;
 - 1.8.3. Faixa de movimento de inclinação vertical 120° (-30° a $+90^{\circ}$);
 - 1.8.4. Possuir velocidade de operação de inclinação: $\geq 69^{\circ}/s$;
- 1.9. Ângulo de visão horizontal mínimo: 60° (em *Wide*);
- 1.10. Possuir saída de vídeo 3G-SDI em conector BNC;
- 1.11. Possuir saída de vídeo NDI em conector RJ45;
- 1.12. Possuir porta de comunicação serial totalmente compatível com painel fornecido;
- 1.13. Possuir protocolo NDI|HX ou superior;
- 1.14. NDI teve estar habilitado e totalmente funcional;
- 1.15. Formato de saída de vídeo:
 - 1.15.1. SDI/BNC
 - 1.15.1.1. 1920 x 1080p - 50/59.94/29.97/25 fps;
 - 1.15.1.2. 1920 x 1080i - 50/59.94 fps;
 - 1.15.1.3. 1280 x 720 - 59.94 fps;
 - 1.15.2. RJ45
 - 1.15.2.1. 3840 x 2160 (4K) - 29.97 fps;
 - 1.15.2.2. 1920 x 1080 - 59.94/29.97 fps;
 - 1.15.2.3. 1280 x 720 - 59.94 fps;



SENADO FEDERAL

- 1.16. Protocolos controle suportados: VISCA sobre IP, VISCA padrão serial e/ou outro protocolo via IP (rede) e totalmente compatível com modelo do painel remoto fornecido no item 2;
- 1.17. Deve ser fornecido 1 (um) suporte para montagem da câmera no teto para cada câmera fornecida;
- 1.18. Fonte de alimentação:
 - 1.18.1. Permitir alimentação PoE+ via conector LAN (IEEE802.3 compatível);
- 1.19. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos, acessórios, firmwares, licenças, softwares, entre outros;
- 1.20. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 2 - PAINEL DE CONTROLE REMOTO DA CÂMERA DE VÍDEO PTZ NDI

Referências: Canon RC-IP100, PTZOptics SuperJoy Controller ou equivalente técnico;

Quantidade: 2 (Dois)

Descrição:

Painel remoto de controle de câmeras PTZ UHD 4K fornecidas no item 01;

Características Mínimas:

- 2.1. Ser um painel remoto de mesa;
- 2.2. Possuir manche (*Joystick*) para ajuste de movimento de *PAN* e *TILT*;
- 2.3. Possuir ajuste de *Zoom* (*zoom in* / *zoom out*) que poderá ser em botões específicos ou no próprio *Joystick*;
- 2.4. Possuir ajuste de velocidade *Zoom*;
- 2.5. Possuir botões ou knob para ajuste de foco;
- 2.6. Possuir knobs de controle manual de vermelho e azul para ajuste de *White Balance* (balanço de branco);
- 2.7. Possibilitar seleção rápida de ao menos 6 câmeras através de botões;
- 2.8. Possuir visor para acesso de informações de operações e menu de configurações;
- 2.9. Possuir porta de comunicação em conector RJ45;
- 2.10. Possuir porta de comunicação serial totalmente compatível com câmera fornecida;
- 2.11. Protocolos controle suportados: VISCA sobre IP, VISCA padrão serial e/ou outro protocolo via IP (rede) e totalmente compatível com modelo de câmeras fornecidas no item 01;
- 2.12. Fonte de alimentação:
 - 2.12.1. Possuir fonte de alimentação de tensão AC de 100 a 240Vac 50/60Hz;
- 2.13. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos, acessórios, fontes, firmwares, softwares, entre outros;
- 2.14. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.



SENADO FEDERAL

ITEM 3 - MICROFONE DE MATRIZ DE TETO

Referências: Shure MXA920, Sennheiser TeamConnect Ceiling 2 ou equivalente técnico;

Quantidade: 2 (Dois)

Descrição:

Microfone de matriz de teto para captação de professores e alunos.

Características Mínimas:

- 3.1. Microfone de matriz para uso em teto;
- 3.2. Conectividade: RJ-45;
- 3.3. Protocolo de saída de áudio: Dante;
- 3.4. Especificações de áudio:
 - 3.4.1. Saída de áudio: Dante;
 - 3.4.2. Latência total com processamento: 60 ms;
 - 3.4.3. Resposta de frequência: 160 Hz – 16 kHz;
 - 3.4.4. Nível máximo de SPL (0dBFS): ≥ 95 dB SPL;
 - 3.4.5. Relação sinal ruído (Ref. 94 dB SPL a 1 kHz): 75 a 95 dBA;
- 3.5. Funcionalidades:
 - 3.5.1. Área de Cobertura Dinâmica, diretamente ou integrado com processador DSP;
 - 3.5.2. AEC (Cancelamento do Eco acústico), diretamente ou integrado com processador DSP;
 - 3.5.3. Possibilitar zonas de Exclusão;
 - 3.5.4. Possibilitar zona Prioritária;
- 3.6. Característica direcional: Padrão de feixe;
- 3.7. Área de cobertura: ≥ 75 metros quadrados;
- 3.8. Certificado para uso no *Microsoft Teams*;
- 3.9. Montagem: em teto;
- 3.10. Potência de consumo máxima: 11W;
- 3.11. Dimensões aproximadas: 60 x 60 x 10 cm;
- 3.12. Cor: Branco;
- 3.13. Alimentação de tensão através de conexão RJ-45 via PoE (IEEE 802.3af, Classe 3);
- 3.14. Fornecer software de configuração e controle, compatível com Windows 10 ou superior;
- 3.15. Acessórios: Todos acessórios necessários à instalação de cada microfone conforme descritos no item, em teto com forro de gesso, para tipo montagem incluso no teto;
- 3.16. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos, acessórios, firmwares, licenças, softwares, entre outros;
- 3.17. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.



SENADO FEDERAL

ITEM 4 - PROCESSADOR DE ÁUDIO DSP

Referências: Shure IntelliMix P300, Extron DMP 64 Plus C AT ou equivalente técnico.

Quantidade: 2 (Dois)

Descrição:

Processador de áudio DSP para videoconferências.

Características Mínimas:

- 4.1. Processador DSP para conferências;
- 4.2. Ser totalmente compatível com microfone especificado no item 03;
- 4.3. DSP integrado com as seguintes funcionalidades:
 - 4.3.1. AEC (cancelamento de eco acústico);
 - 4.3.2. Redução de ruído automático;
 - 4.3.3. AGC (Controle de ganho automático);
 - 4.3.4. Mixagem de sinais automático;
 - 4.3.5. Delay;
 - 4.3.6. Roteamento de sinais;
 - 4.3.7. Taxa de amostragem: 48 kHz;
 - 4.3.8. Profundidade de bits: 24 bits;
- 4.4. Protocolos suportados:
 - 4.4.1. Dante;
 - 4.4.2. AES 67;
- 4.5. Entradas de áudio:
 - 4.5.1. Canal de entrada analógico: 02 (dois) canais balanceados XLR, com nível mic e linha (serão aceitos cabos adaptadores);
 - 4.5.2. Porta Dante com 10 canais;
 - 4.5.3. Porta USB;
- 4.6. Saídas de áudio:
 - 4.6.1. Canal de saída analógico: 02 (dois), nível de linha;
 - 4.6.2. Porta Dante com 8 canais;
 - 4.6.3. Porta USB;
- 4.7. Conectividade:
 - 4.7.1. Conexão USB: USB2.0;
 - 4.7.2. Porta de rede RJ-45;
- 4.8. Resposta de frequência: 20 Hz a 20 kHz;
- 4.9. Latência com processamento ativado: 20 ms;
- 4.10. Fornecer software de controle para configurações e operações;
 - 4.10.1. Sistema operacional suportado: Windows 10 ou superior;
- 4.11. Certificado para uso nos seguintes softwares:
 - 4.11.1. Microsoft Teams;
 - 4.11.2. Zoom Meeting;
- 4.12. Alimentação de tensão através de conexão RJ-45 via PoE+ (IEEE 802.3at PoE+, Classe 4);
- 4.13. Consumo máximo: 20W;
- 4.14. Acessório para montagem modular sob a mesa;



SENADO FEDERAL

- 4.15. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos acessórios, firmwares, licenças, softwares, entre outros;
- 4.16. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 5 - CAIXA PARA SONORIZAÇÃO AMBIENTE

Referências: Shure MXN5W-C, AMK DS61-A-X ou equivalente técnico

Quantidade: 4 (Quatro)

Descrição:

Caixa amplificada para sonorização ambiente com alimentação PoE+ via rede Ethernet.

Características Mínimas:

- 5.1. Caixa amplificada para sonorização ambiente com alimentação PoE+ via rede Ethernet;
- 5.2. Resposta de frequência: 120 Hz a 20 kHz;
- 5.3. Adequada tanto para voz como música;
- 5.4. Formato do sinal de entrada de áudio:
 - 5.4.1. Protocolo Dante;
 - 5.4.2. Protocolo AES 67;
- 5.5. Amplificador de potência integrado;
- 5.6. Capacidade de potência em PoE+: $\geq 10\text{W RMS}$;
- 5.7. Nível máximo de saída (*Maximum Output Level*): $\geq 98\text{ dB SPL}$, a 1 metro;
- 5.8. Cor: branca;
- 5.9. Tipo de conexão: RJ-45;
- 5.10. Tipo de montagem: teto ou linear em coluna;
- 5.11. Fornecer software de controle para configurações e operações;
 - 5.11.1. Sistema operacional suportado: Windows 10 ou superior;
- 5.12. Alimentação de tensão através de conexão RJ-45 via PoE+ (IEEE 802.3at PoE+, Classe 4);
- 5.13. Peso aproximado: $\leq 5\text{ kg}$;
- 5.14. Acessórios:
 - 5.14.1. Todos acessórios necessários para montagem física da caixa no teto ou em coluna linear, conforme especificação do fabricante;
- 5.15. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos acessórios, firmwares, licenças, softwares, entre outros;
- 5.16. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 6 - MONITOR 85" TOUCHSCREEN

Referências: Samsung WM85B Flip Pro 85" 4K, LG 86TR3DJ-B ou equivalente técnico.

Quantidade: 2 (Dois)

Descrição:

Tela interativa (*touchscreen*) de pelo menos 85 polegadas para exibições e apresentações de conteúdo.



SENADO FEDERAL

Características Mínimas:

- 6.1. Tela:
 - 6.1.1. Tamanho diagonal da área de vídeo em polegadas: $\geq 85"$;
 - 6.1.2. Tela interativa com recurso de *touchscreen* habilitado e totalmente funcional;
 - 6.1.2.1. Pontos de multitoque: 20;
 - 6.1.2.2. Interface USB-B;
 - 6.1.2.3. Permitir ferramentas de escrita na tela sensível ao toque: caneta e dedo;
 - 6.1.3. Resolução: 3.840 x 2.160;
 - 6.1.4. Proporção da imagem: 16:09;
 - 6.1.5. Brilho típico: 330 cd/m²;
 - 6.1.6. Contraste: 1100:1;
 - 6.1.7. Ângulo de visão (horizontal / vertical): 178/178;
 - 6.1.8. Tempo de resposta: 10 ms;
- 6.2. Conectividade:
 - 6.2.1. Entrada HDMI: 02 (três);
 - 6.2.2. Portas USB: 03 (três);
- 6.3. Possuir sistema operacional integrado;
- 6.4. Potência da saída de áudio com autofalantes embutido: 20W (10+10W);
- 6.5. Alimentação de energia: AC 100 - 240 V, 50/60 Hz;
- 6.6. Possuir alças;
- 6.7. Especificação mecânica: Suporte padrão VESA;
- 6.8. Peso aproximado: 76 kg;
- 6.9. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos acessórios, fontes, firmwares, softwares, licenças, módulos, entre outros;
- 6.10. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 7 - SUPORTE MÓVEL PARA MONITOR 85"

Referências: Techlumens TL-6500G, Kanto Living MTMA100PL ou equivalente técnico

Quantidade: 2 (Dois)

Descrição:

Suporte móvel para tela interativa (*touchscreen*) de 85 polegadas.

Características Mínimas:

- 7.1. Suporte metálico com rodízios totalmente compatível com o monitor especificado no item 6;
- 7.2. Dever suportar montagem do mesmo padrão do monitor especificado no item 06;
- 7.3. A altura mínima do centro do monitor e a base deve ser: ≥ 140 cm;
- 7.4. Altura dever ser ajustável;



SENADO FEDERAL

- 7.5. Capacidade de carga mínima da tela: 76kg;
- 7.6. Número de Prateleiras: 1;
- 7.7. Material de Construção: em metal;
- 7.8. Número de rodízios: 4 (quatro);
- 7.9. Rodízios devem possuir travas;
- 7.10. Acessórios: Parafusos de fixação para Monitor de 85" fornecido;
- 7.11. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como rodízios, porcas, parafusos, prateleiras, travas, suportes, entre outros;
- 7.12. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 8 - RECEPTOR PARA MICROFONES

Referências: Shure QLXD4 Single-Channel G50, Sennheiser EW-D EM Q1-6 ou equivalente técnico

Quantidade: 4 (quatro)

Descrição:

Estação receptora para microfones com tecnologia sem fio UHF digital.

Características Mínimas:

- 8.1. Receptor para microfones com tecnologia sem fio UHF digital;
- 8.2. Ser totalmente compatível com itens 09 e 10;
- 8.3. Tipo: *tabletop* com opção para montagem em rack padrão de 19" em 1RU (com ou sem adaptador);
- 8.4. Largura de banda de RF: de 56 a 64 MHz
- 8.5. Número de canais: 60;
- 8.6. Intervalo do Passo da Sintonia de RF: 25 kHz;
- 8.7. Distância de operação: 100 m;
- 8.8. Latência: < 3 ms;
- 8.9. Número de antenas: 02 (duas);
- 8.10. Frequência de operação UHF: contida na banda de 470 a 696 MHz;
- 8.11. Possuir *display* e indicadores de: Nível AF, Frequência, canal, Mudo, Nível RF, Estado da Bateria do Transmissor;
- 8.12. Possuir, ao menos, 01 (um) canal de saída áudio em conector XLR macho de 3 pinos;
- 8.13. Resposta de frequência: 20Hz a 20KHz;
- 8.14. Tensão de alimentação: 100-240VAC, direta ou por adaptador AC/DC incluído e totalmente compatível com item fornecido;
- 8.15. Acessório: Incluso 02 (duas) antenas para cada de unidade receptora;
- 8.16. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos acessórios, fontes, firmwares, softwares, entre outros;
- 8.17. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.



SENADO FEDERAL

ITEM 9 - MICROFONE AURICULAR SEM FIO

Referências: Shure QLXD4 Digital Wireless Bodypack, Sennheiser EW-D SK Q1-6 ou equivalente técnico

Quantidade: 2 (Dois)

Descrição:

Microfone transmissor com tecnologia sem fio UHF digital.

Características Mínimas:

- 9.1. Módulo transmissor para microfones lapela com tecnologia sem fio UHF digital;
- 9.2. Totalmente compatível com item 08;
- 9.3. Transmissor tipo *bodypack*:
 - 9.3.1. Ser totalmente compatível com receptor especificado no item anterior;
 - 9.3.2. Frequência de operação UHF: contida na banda de 470 a 696 MHz;
 - 9.3.3. Potência de transmissão: 10 mW
 - 9.3.4. Largura de banda de RF: de 56 a 64 MHz
 - 9.3.5. Número de canais: 60;
 - 9.3.6. Intervalo do Passo da Sintonia de RF: 25 kHz;
 - 9.3.7. Distância de operação: 100 m;
 - 9.3.8. Latência: < 3 ms;
 - 9.3.9. Deve possuir chave de “mute”;
 - 9.3.10. Varredura de Canal de RF: automática;
 - 9.3.11. Resposta de frequência: 20Hz a 20KHz;
 - 9.3.12. Carcaça em metal;
 - 9.3.13. Entrada de microfone: plenamente compatível com o microfone a ser fornecido conforme especificação do fabricante;
 - 9.3.14. Método de sincronização com a estação receptora: IR ou *bluetooth*;
 - 9.3.15. Autonomia com baterias alcalinas: mínimo de 9 horas a 10 mW;
 - 9.3.16. Display/indicadores: indicação de *mute* e sincronismo;
- 9.4. Cada unidade deve vir com um microfone auricular com as seguintes especificações:
 - 9.4.1. Cápsula: condensador de eletreto;
 - 9.4.2. Diagrama de captura: Omnidirecional;
 - 9.4.3. Resposta de frequência: 50 Hz a 20 kHz;
 - 9.4.4. Clipes de orelha duplos;
 - 9.4.5. Boom de microfone ajustável e flexível;
 - 9.4.6. Cor: bege;
 - 9.4.7. Deve ser fornecido com cabo de conexão plenamente compatível com o fabricante e modelo do transmissor tipo *bodypack* fornecido;
 - 9.4.8. Tamanho do cabo: $\geq 1\text{m}$;
 - 9.4.9. Referências: Polsen ESM-2-TA4 (compatível com Shure), Polsen ESM-2-35H (compatível com Sennheiser) ou equivalente técnico;
- 9.5. Fonte de alimentação: Bateria específica do próprio fabricante e/ou 02 (duas) baterias tipo AA, de 1,5V;



SENADO FEDERAL

9.6. Acessórios:

9.6.1. Incluso 01 (uma) antena de $\frac{1}{4}$ de onda, totalmente compatível, para cada unidade transmissora;

9.7. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos acessórios, firmwares, softwares e etc;

9.8. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 10 - MICROFONE BASTÃO SEM FIO

Referências: Shure QLXD4/SM58, Sennheiser EW-D SKM-S/MMD835 Q1-6 ou equivalente técnico

Quantidade: 2 (Dois)

Descrição:

Microfone transmissor com tecnologia sem fio UHF digital.

Características Mínimas:

10.1. Microfone transmissor com tecnologia sem fio UHF digital;

10.2. Totalmente compatível com item 08;

10.3. Transmissor tipo microfone de mão:

10.3.1. Ser totalmente compatível com receptor especificado no item 08;

10.3.2. Frequência de operação UHF: contida na banda de 470 a 696 MHz;

10.3.3. Potência de transmissão: 10 mW

10.3.4. Largura de banda de RF: de 56 a 64 MHz

10.3.5. Número de canais: 60;

10.3.6. Intervalo do Passo da Sintonia de RF: 25 kHz;

10.3.7. Distância de operação: 100 m;

10.3.8. Latência: < 3 ms;

10.3.9. Deve possuir chave de “mute”;

10.3.10. Varredura de Canal de RF: automática;

10.3.11. Resposta de frequência: 20Hz a 20KHz;

10.3.12. Carcaça em metal;

10.3.13. Método de sincronização com a estação receptora: IR ou *bluetooth*;

10.3.14. Autonomia com baterias alcalinas: mínimo de 9 horas a 10 mW;

10.3.15. Display/indicadores: indicação de *mute* e sincronismo;

10.3.16. Cápsula: dinâmico;

10.3.17. Diagrama de captura: Cardioide;

10.3.18. Cor: preta;

10.4. Alimentação: Bateria específica do próprio fabricante e/ou 02 (duas) baterias tipo AA, de 1,5V;

10.5. Acessórios:

10.5.1. Incluso 01 (uma) antena de $\frac{1}{4}$ de onda, totalmente compatível, para cada unidade transmissora;

10.6. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos acessórios, firmwares, softwares e entre outros;



SENADO FEDERAL

10.7. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 11 - BATERIA PARA MICROFONE SEM FIO

Referências: Shure SB900A, Sennheiser BA70 ou equivalente técnico

Quantidade: 6 (Seis)

Descrição:

Bateria para microfones sem fio.

Características Mínimas:

- 11.1. Bateria para unidades de microfones sem fio, totalmente compatíveis com modelos e fabricantes dos itens 09 e 10;
- 11.2. Bateria recarregável de: íon de lítio;
- 11.3. Tensão nominal: 3,7 V a 3,8 V;
- 11.4. Capacidade nominal mínima: 1320 mAh;
- 11.5. Totalmente compatível com carregador do próprio fabricante (Referências: Shure SBC220-BR, Sennheiser CHG-70N ou equivalente técnico).

ITEM 12 - CARREGADOR DE BATERIA PARA MICROFONE SEM FIO

Referências: Shure SBC220-BR, Sennheiser CHG 70N ou equivalente técnico.

Quantidade: 2 (Dois)

Descrição:

Carregador de bateria para microfones sem fio.

Características Mínimas:

- 12.1. Carregador de bateria para microfone sem fio, totalmente compatível com modelo e fabricante especificado nos itens 09, 10;
- 12.2. Deve possibilitar recarga com acoplamento direto de até 02 unidades transmissoras;
- 12.3. Total compatibilidades com baterias fornecidas no item 11 (baterias);
- 12.4. Tempo de carga total: 03 horas ou menos;
- 12.5. Capacidade de recarga simultânea de 02 baterias;
- 12.6. Alimentação de energia: AC 100 - 240 V, 50/60 Hz;
- 12.7. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos acessórios, fontes, licenças, módulos, entre outros;
- 12.8. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 13 - UNIDADE DE CAPTURA DE VÍDEO HDMI/USB

Referências: Ezcap261m HDMI, INOGENI's 4K2USB3 HDMI 4K to USB 3.0, AJA U-TAP USB 3.0 Capture Device ou equivalente técnico.

Quantidade: 2 (Duas)



SENADO FEDERAL

Descrição:

Unidade de captura de vídeo no formato HDMI, para USB 3.0.

Características Mínimas:

- 13.1. Unidade modular de mesa;
- 13.2. Entrada de sinal: HDMI 1080p / 60fps;
- 13.3. Entrada de áudio: embutido no sinal de vídeo;
- 13.4. Saída de vídeo (USB 3.0): 1080p / 60fps não comprimido;
- 13.5. Compatibilidade com sistema operacional: Windows 10 e MacOS;
- 13.6. Conectividade com microcomputador/notebook: USB 3.0;
 - 13.6.1. Não será aceita unidade de captura com conexão direta com microcomputador/notebook (sem a utilização de cabo);
- 13.7. Possibilitar alimentação via USB 3.0 ou fornecer fonte de alimentação de tensão AC de 100 a 240Vac 50/60Hz; totalmente compatível com item fornecido;
- 13.8. Acessório: Fornecer cabo USB 3.0, de 1 metro, totalmente compatível com conversor fornecido;
- 13.9. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos, acessórios, fontes, firmwares, softwares, entre outros;
- 13.10. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 14 - DISTRIBUIDOR HDMI

Referências: Intelbras VEX 3004 Splitter, Splitter HDMI 1×4 AS-SP4P – HDMI 2.0 ou equivalente técnico

Quantidade: 2 (Dois)

Descrição:

Equipamento para distribuição do sinal de saída de vídeo HDMI para o monitor e demais periféricos do sistema.

Características Mínimas:

- 14.1. Entrada: 01 (uma) entrada HDMI 2.0;
- 14.2. Saídas: 04 (quatro) saídas HDMI 2.0;
- 14.3. Resolução suportada: 4Kx2K@60Hz;
- 14.4. Conformidade HDCP: HDCP 1.4 e HDCP 2.2;
- 14.5. Largura de banda: 18 Gbps;
- 14.6. Tensão de alimentação: 100-240VAC, 60Hz, direta ou através de adaptador, totalmente compatível com item fornecido;
- 14.7. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos acessórios, fontes, firmwares, softwares, entre outros;
- 14.8. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 15 - TELA DIGITALIZADORA 15,6" COM CANETA

Referências: Wacon Cintiq 16, Huion Kamvas Pro 16 ou equivalente técnico



SENADO FEDERAL

Quantidade: 1 (Uma)

Descrição: Tela digitalizadora com caneta para uso em estúdio de aulas gravadas.

Características Mínimas:

- 15.1. Tamanho da tela: 15,6 polegadas (medida na diagonal);
- 15.2. Área ativa: 344 x 194 mm (variação de ± 2 mm);
- 15.3. Relação de aspecto: 16:9;
- 15.4. Resolução: 1920 x 1080 @ 60 Hz (*Full HD*);
- 15.5. Tecnologia da tela: IPS;
- 15.6. Ângulo de visão: 178°, ou -89° a +89°, horizontal e vertical;
- 15.7. Tempo de resposta: 30 ms;
- 15.8. Relação de contraste: 1000:1;
- 15.9. Brilho mínimo: 200 cd/m²;
- 15.10. Caneta de pressão deve ser fornecida, com as seguintes características:
 - 15.10.1. A caneta deve funcionar sem fio e/ou pilhas (ressonância eletromagnética);
 - 15.10.2. Resolução da caneta: 5080 LPI;
 - 15.10.3. Níveis de pressão da caneta (sensibilidade): 8192;
 - 15.10.4. Devem ser fornecidas pelo menos dez pontas de reposição compatíveis;
 - 15.10.5. Ângulo de inclinação da caneta suportado: 60 graus;
- 15.11. Deve ser compatível com Windows 10 ou versão superior;
- 15.12. Interface de conexão: USB;
- 15.13. Deve ser fornecido cabo ou adaptador que permita a conexão da mesa em uma porta USB-A no computador;
- 15.14. Tensão de alimentação: 100-240VAC, 60Hz, totalmente compatível com item fornecido;
- 15.15. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, como cabos, fontes, firmwares, licenças, softwares, dentre outros;
- 15.16. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 16 - BOLSA PROTETORA PARA TELA DIGITALIZADORA

Referências: Capa Soft Case Grande Wacom, ACJ01 Bolsa Protetora ou equivalente técnico

Quantidade: 1 (uma)

Descrição: Bolsa ou capa para armazenamento da tela digitalizadora.

Características mínimas:

- 16.1. Compatível com a tela digitalizadora especificada no item 12;
- 16.2. Fechamento em zíper;
- 16.3. Revestimento interno macio para proteção da tela (nylon ou tecido resistente a água com forro);
- 16.4. Bolsos para armazenamento de acessórios (canetas, cabos, dentre outros);



SENADO FEDERAL

ITEM 17 - NOBREAK

Referências: Nobreak SMS Atrium 2200 VA, Nobreak NHS Prime Senoidal 3000 VA ou equivalente técnico.

Quantidade: 2 (dois)

Descrição:

Nobreak de forma de onda senoidal pura que suporte pelo menos 2200 W de potência real.

Características mínimas:

- 17.1. Nobreak (UPS) interativo senoidal;
- 17.2. Potência de saída (RMS): ≥ 2200 W;
- 17.3. Tensão entrada: AC 180 a 240V – 50/60 Hz;
- 17.4. Tensão saída: AC 115 a 120V – 50/60 Hz;
- 17.5. Forma de onda: Senoidal pura;
- 17.6. Fator de potência de saída: ≥ 0.8 ;
- 17.7. Filtro de linha interno;
- 17.8. Conexão de entrada: Plugue NBR 14136;
- 17.9. Conexão de saída: 08 tomadas NBR 14136;
- 17.10. Possuir internamente banco de baterias seladas;
- 17.11. Tempo de autonomia: ≥ 13 minutos, com 50% de carga total;
- 17.12. Fusível de proteção;
- 17.13. Deve possuir microprocessador;
- 17.14. Sinalizações das principais condições de operação do nobreak: LDC ou/e Led;
- 17.15. Alarme sonoro;
- 17.16. Botão liga/desliga, com temporizador (evita desligamentos acidentais);
- 17.17. Porta Gerenciamento: USB;
- 17.18. Deve possuir as seguintes proteções para a carga:
 - 17.18.1. Queda de rede (*Blackout*)
 - 17.18.2. Sobretensão de rede elétrica
 - 17.18.3. Subtensão de rede elétrica
 - 17.18.4. Surtos de tensão na rede
- 17.19. Acessório: Fornecer para cada nobreak uma régua de AC, com entrada de 220V, 20A e no mínimo 06(seis) saídas NBR 14136 de 10A;
- 17.20. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos acessórios, baterias internas inclusas, cabos, entre outros;
- 17.21. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 18 - MATRIZ HDMI 4X2

Referências: MuxLab 4x2 4K60 HDMI Matrix Switch, WyreStorm 4K 4x2 HDMI Matrix Switcher ou equivalente técnico.

Quantidade: 1 (Uma)

Descrição:

Matriz para comutação de sinais diversos HDMI no auditório Interlegis.



SENADO FEDERAL

Características mínimas:

- 18.1. Matriz de vídeo HDMI 4x2;
- 18.2. Possuir 4 (quatro) entradas HDMI-A fêmea;
- 18.3. Possuir 2 (duas) saídas HDMI-A fêmea;
- 18.4. Padrão: Suportar HDMI 2.0 e HDCP 2.2
- 18.5. Suportar resolução de vídeo até 4K (30Hz/60Hz) (4:4:4);
- 18.6. Compatível com: HDS, DTS e *Dolby Digital* (ou *Dolby Atmos*);
- 18.7. Alimentação de tensão AC direta ou através de adaptador AC de 100 a 240 VAC 50/60Hz, totalmente compatível com item fornecido;
- 18.8. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos, fontes, entre outros;
- 18.9. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 19 - APRESENTADOR SEM FIO USB

Referências: Logitech R500S, C3TECH AP600 ou equivalente técnico.

Quantidade: 3 (Três)

Descrição:

Apresentador de slides sem fio, com receptor USB e apontador laser.

Características mínimas:

- 19.1. Controle remoto para apresentações;
- 19.2. Possuir apontador laser vermelho;
- 19.3. Possuir teclas de avanço e retorno de slides;
- 19.4. Deve possuir receptor com conexão tipo USB-A;
- 19.5. O sistema (controle remoto e receptor) deve operar em 2.4 GHz;
- 19.6. Deve ter alcance da rede sem fio (wireless) de pelo menos 10 metros;
- 19.7. Compatível com sistema operacional Windows 10 e superior,
- 19.8. Ser compatível com MS PowerPoint;
- 19.9. Funcionar como plug-and-play no Windows, bastando conectar na porta USB sem necessidade de configurações adicionais;
- 19.10. Deve ser alimentado por pilha AAA ou bateria própria (inclusa);
- 19.11. Acessório:
 - 19.11.1. Fornecer 8 pilhas alcalinas tipo AAA de 1,5V para cada apresentador fornecido;
- 19.12. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como modulo receptores, drivers, entre outros;
- 19.13. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.



SENADO FEDERAL

ITEM 20 - CABO HDMI 2.1 FIBRA ÓPTICA 30M

Referências: Cabo HDMI 2.1 8k 30m Fibra Ótica Pix, Pearstone 8K Hybrid Optical HDMI Cable (100'), Cabo HDMI 2.1 8K Fibra Óptica 30 MT CIRILOS-269321 cabos ou equivalente técnico.

Quantidade: 7 (Sete).

Descrição:

Cabos para fluxo de sinais SDI-SD/HD/3G que serão utilizados para interligação de sinais entre os projetores, computadores e matriz de vídeo no auditório Interlegis.

Características mínimas:

- 20.1. Cabo HDMI adequado para alta taxa de transferência, com dois conectores macho HDMI-A;
- 20.2. Cabo HDMI 2.1;
- 20.3. Cabo HDMI com tecnologia de fibra óptica;
- 20.4. Suportar HDR Dinâmico
- 20.5. Cabo deve possuir tamanho mínimo de 30 (trinta) metros;
- 20.6. Suportar resolução 8K;
- 20.7. Taxa de transferência: 48Gbps;

ITEM 21 - CABO DE REDE

Referências: Furukawa Sohoplus Cat.6 U/UTP, NEXANS ESS CAT6 U/UTP CM 4P 23AWG AZC 305 ou equivalente técnico.

Quantidade: 3 (Três) caixas

Descrição:

Cabo categoria 6, próprio para o fluxo de sinais de redes *Ehternet gigabit*.

Características mínimas:

- 21.1. Cabo de rede U/UTP;
- 21.2. Categoria: CAT 6;
- 21.3. Aplicação: uso interno;
- 21.4. Quantidade de Pares: 4 pares;
- 21.5. Bitola: 24 AWG ou 23 AWG;;
- 21.6. Cor: diferente de azul, amarelo ou vermelho;
- 21.7. Cada caixa deve conter 305 metros ou mais;
- 21.8. Classe de flamabilidade NBR 14705 CM de acordo com a IEC60332-3;
- 21.9. Certificação ANATEL;
- 21.10. Atender as normas: ANSI/TIA-568.2-D; NBR 14703; NBR 14705; ISO/IEC 11801; IEC 60332;
- 21.11. Suporte a PoE+;



SENADO FEDERAL

ITEM 22 - CONECTOR PARA CABO DE REDE

Referências: Furukawa Conector RJ-45 macho CAT6, Platinum Tools EZ-RJ45 CAT6, Jonard Tools Cat 6 RJ45 ou equivalente técnico.

Quantidade: 100 (cem) unidades

Descrição:

Conector RJ-45 próprio para utilização com cabos de rede categoria CAT-6.

Características mínimas:

- 22.1. Conector RJ-45 macho;
- 22.2. Material do Corpo do Produto: Termoplástico não propagante a chama UL 94V-0
- 22.3. Específico para o uso em cabo de rede categoria CAT6;
- 22.4. Aplicação em cabo tipo U/UTP;
- 22.5. Compatível com cabos de diâmetro do condutor entre 23 a 26 AWG;
- 22.6. Cor: Transparente;
- 22.7. Normas aplicáveis:
 - 22.7.1. NBR 14565,
 - 22.7.2. IEC 60603-7 ou ANSI/TIA-1096A (FCC Part 68);
 - 22.7.3. Diretiva RoHS
- 22.8. Acessórios:
 - 22.8.1. Para cada unidade de conector RJ-45 deverá ser fornecida 01 (uma) unidade de capa protetora na cor diferente de azul, amarelo ou vermelho;

ITEM 23 - CABO XLR PARA XLR DE 1 METRO

Referências: Kopul Studio Elite 4000 Series Neutrik XLR M to XLR F Microphone Cable (5', Black), Cabo Canon Macho X Fêmea Bal. 1 Metro - CIRILO CABOS-268555 ou equivalente técnico.

Quantidade: 4 (Quatro)

Descrição:

Cabos XLR para interligação dos receptores dos microfones.

Características mínimas:

- 23.1. Cabo balanceado adequado para o uso de microfones;
- 23.2. Cabo deve possuir tamanho mínimo de 1 metro;
- 23.3. Bitola do fio: 24 AWG;
- 23.4. Blindagem trançada: $\geq 95\%$;
- 23.5. Possuir conector XLR 3 (três) pinos macho;
- 23.6. Possuir conector XLR 3 (três) pinos fêmea;



SENADO FEDERAL

ITEM 24 - CABO HDMI PARA HDMI DE 10 METROS

Referências: Cabo HDMI 2.0 19 Pinos 4K Ultra Hd 3D 10 Metros - JCCABOS, Cabo HDMI 10 metros 2.0 4K PREMIUM filtro pino dourado – MXT ou equivalente técnico.

Quantidade: 4 (Quatro)

Descrição:

Cabo HDMI / HDMI de 10 metros de comprimento.

Características mínimas:

- 24.1. Cabo HDMI adequado para alta taxa de transferência, com dois conectores macho HDMI-A;
- 24.2. Cabo HDMI 2.0 e compatível com versões 1.4, 1.3b, 1.3;
- 24.3. Cabo deve possuir tamanho mínimo de 10 metros;
- 24.4. Suportar resolução 4K 2160p ou 4K60Hz;
- 24.5. Taxa de transferência mínima: 10.2 Gbps à 340 MHz;

ITEM 25 - CABO HDMI PARA HDMI DE 5 METROS

Referências: Cabo HDMI 2.0 Premium Ultra HD 4K@50/60 3D Cirilo Cabos - 5 metros, Cabo HDMI 5 metros 2.0 4K ULTRA HD pino dourado - MXT ou equivalente técnico.

Quantidade: 8 (Oito)

Descrição:

Cabo HDMI / HDMI de 5 metros de comprimento.

Características mínimas:

- 25.1. Cabo HDMI adequado para alta taxa de transferência, com dois conectores macho HDMI-A;
- 25.2. Cabo HDMI 2.0 e compatível com versões 1.4, 1.3b, 1.3;
- 25.3. Cabo deve possuir tamanho mínimo de 5 metros;
- 25.4. Suportar resolução 4K 2160p ou 4K60Hz;;
- 25.5. Taxa de transferência mínima: 10.2Gbps a 340 MHz;

ITEM 26 - EMENDA HDMI PARA HDMI

Referências: Emenda HDMI 4K fêmea x fêmea ONYK, UGreen emenda HDMI fêmea x fêmea ou equivalente técnico.

Quantidade: 8 (Oito)

Descrição:

Emenda HDMI 4K fêmea – fêmea para interligação de cabos.

Características mínimas:

- 26.1. Emenda HDMI com duas entradas HDMI-A padrão fêmea;
- 26.2. Suportar resolução 4K;



SENADO FEDERAL

ITEM 27 - CABO USB-A PARA USB-B DE 1 METRO

Referências: Cabo USB Impressora A+B 1,5 MT-Cirillo Cabos, Cabo USB A/B - Central Cabos ou equivalente técnico

Quantidade: 4 (Quatro);

Descrição:

Cabo USB tipo A/B macho.

Características mínimas:

- 27.1. Conector 1: USB tipo A macho;
- 27.2. Conector 2: USB tipo B macho;
- 27.3. Compatível com USB 2.0 ou superior;
- 27.4. Banda passante: 480 Mbps;
- 27.5. Cabo deve possuir comprimento mínimo de 1 metro;

ITEM 28 - CABO EXTENSOR USB-A DE 10 METROS

Referências: Cabo Extensor USB 2.0 Blindado Amplificado 10 Metros – IUNIT, Cabo USB Amplificado Extensor Macho Fêmea 10 Metros - Power ou equivalente técnico.

Quantidade: 4 (Quatro)

Descrição:

Cabos para interligação da tela interativa à estação receptora.

Características mínimas:

- 28.1. Cabo extensor USB-A amplificado;
- 28.2. Possuir um conector USB-A macho;
- 28.3. Possuir um conector USB-A fêmea;
- 28.4. Cabo deve possuir tamanho mínimo de 10 metros;
- 28.5. Compatível com USB 2.0 a anteriores;

ITEM 29 - CABO USB-C PARA HDMI DE 4 METROS

Referências: Kramer USB Type-C Male to HDMI Male Cable (White, 15'), StarTech.com CDP2HDM5MH ou equivalente técnico.

Quantidade: 4 (Quatro)

Descrição:

Cabo USB-C para HDMI de 4 metros de comprimento.

Características mínimas:

- 29.1. Cabo USB-C macho para HDMI-A macho;
- 29.2. Cabo deve possuir tamanho mínimo de 4 metros;
- 29.3. Cabo padrão HDMI 2.0;
- 29.4. Suportar HDCP 2.2;
- 29.5. Resolução suportada: 4K60;



SENADO FEDERAL

ITEM 30 - ADAPTADOR HDMI PARA DVI

Referências: Adaptador DVI-D M para HDMI F MD9 – 7239, Conversor Adaptador De Hdmi Para Dvi-D Dual Link 24 ou equivalente técnico.

Quantidade: 07 (Sete) unidades

Descrição:

HDMI fêmea para DVI macho.

Características mínimas:

- 30.1. Adaptador de sinais HDMI/DVI;
- 30.2. Possuir conector DVI-D Macho;
- 30.3. Possuir conector HDMI-A fêmea;
- 30.4. Compatível com DVI-D *dual-link*;

ITEM 31 - CONVERSOR ATIVO HDMI PARA VGA

Referências: Cabletronix CT-HD/VGA-CONV-V2, HDFury HAFX3 ou equivalente técnico

Quantidade: 04 (quatro) unidades

Descrição:

Conversor ativo necessário para interligação dos cabos HDMI nos projetores do auditório Interlegis.

Características mínimas:

- 31.1. Conversor ativo de sinais HDMI/VGA;
- 31.2. Compatível com HDMI 1.3, HDCP 1.4;
- 31.3. Possuir entrada de sinal em conector HDMI-A fêmea;
- 31.4. Possuir saída de sinal em conector VGA fêmea;
- 31.5. Resolução de saída VGA: deve suportar 1920 x 1080@60Hz;
- 31.6. Fornecer a fonte de alimentação de tensão AC de 100 a 240Vac 50/60Hz, totalmente compatível com equipamento fornecido no item;
- 31.7. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos, acessórios, fontes, firmwares, softwares, entre outros;
- 31.8. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 32 - LÃ PARA ISOLAMENTO ACÚSTICO

Referências: Ecofiber LÃ DE PET 50MM, Trisoft WALL TRISOFT IE50 ou equivalente técnico

Quantidade: 40 (quarenta) metros quadrados.

Descrição:

Manta para isolamento acústica para uso em parede de *drywall*.

Características mínimas:



SENADO FEDERAL

- 32.1. Manta para isolamento acústica;
- 32.2. Tipo de material: Lã de PET;
- 32.3. Material deve ser auto-extinguível;
- 32.4. Largura: 600 mm;
- 32.5. Espessura: 50 mm;
- 32.6. Densidade: $\geq 7\text{Kg/m}^3$;
- 32.7. Área total: 40 m^2 ;

ITEM 33 - BANDA ACÚSTICA

Referências: Placo fita banda acústica, Tape Express Fita Banda Acústica 48mm Drywall ou equivalente técnico

Quantidade: 40 (quarenta) metros

Descrição:

Fita para isolamento acústica.

Características mínimas:

- 33.1. Fita própria para isolamento acústica em sistemas *drywall*;
- 33.2. Material: de polietileno expandido;
- 33.3. Largura: 48 a 60 mm;
- 33.4. Espessura: 3 a 5 mm;
- 33.5. Comprimento: 40 m;

ITEM 34 - SWITCH DE REDE 24 PORTAS POE+

Referências: Cisco CBS350-24FP-4G, Netgear M4250-26G4F-PoE+, Dlink DGS-3130-30PS ou equivalente técnico

Quantidade: 02 (Dois)

Descrição: Switch de dados gerenciável com 24 portas ethernet para uso em rede de áudio DANTE.

Características Mínimas:

- 34.1. Portas PoE: 24 portas 100/1000 Mb/s, Gigabit Ethernet (RJ45), com PoE+;
- 34.2. Uplink: 2 portas SFP;
- 34.3. Gerência: *Layer 2* e *Layer 3*;
- 34.4. Funcionalidades:
 - 34.4.1. Capacidade de ligar/desligar POE, definida por usuário;
 - 34.4.2. Capacidade de desligar o EEE (*Energy Efficient Ethernet*) e outros recursos de economia de energia de cada porta individualmente;
 - 34.4.3. Permitir criação de VLANs;
 - 34.4.4. Suportar qualidade de serviço (QoS) DiffServ (DSCP);
 - 34.4.5. *Non-blocking*;
 - 34.4.6. Ser switch *layer 3* (camada 3), atua na camada 2 e 3 do modelo OSI;
- 34.5. Padrões IEEE: 802.3af e 802.3at;
- 34.6. Throughput total: $\geq 48\text{ Gbps}$;



SENADO FEDERAL

- 34.7. Capacidade de potência total de alimentação PoE+: $\geq 300W$;
- 34.8. Padrão rack, 1RU;
- 34.9. Tensão de alimentação: 100-240VAC;
- 34.10. Acessórios: Todos acessórios necessários para montagem em rack;
- 34.11. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos acessórios, fontes, firmwares, softwares e etc;
- 34.12. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 35 - ESTAÇÃO DE TRABALHO

Referências: Dell XPS 8950 Desktop PC ou equivalente técnico.

Quantidade: 6 (seis) unidades

Descrição: Estação de trabalho do tipo Desktop.

Características mínimas:

- 35.1. Processador:
 - 35.1.1. Arquitetura de 64 bits;
 - 35.1.2. Processador com no mínimo 6 (seis) núcleos físicos e 12 *threads* (linhas de execução);
 - 35.1.3. Frequência mínima do *clock* de 2,0 GHz;
 - 35.1.4. Processador lançado no mercado a partir do primeiro trimestre de 2022 (Q1'22);
 - 35.1.5. Possuir recurso de *turboboost* com clock máximo $\geq 4,0$ GHz;
 - 35.1.6. Memória *cache* de 16 MB no mínimo;
 - 35.1.7. Deve possuir placa de vídeo integrada;
 - 35.1.8. Suporte à virtualização de CPU;
 - 35.1.9. O processador deverá estar e se manter em linha de produção por pelo menos 90 (noventa) dias após a publicação do edital.
 - 35.1.10. Processadores descontinuados não serão aceitos;
 - 35.1.11. É obrigatório informar na proposta a marca e modelo do processador ofertado para fins de conferência;
- 35.2. Memória:
 - 35.2.1. Memória RAM de 16 GB (dezesesseis gigabytes) pelo menos, do tipo DDR4-3200 ou superior;
- 35.3. Placa Principal:
 - 35.3.1. Deverá ser compatível com o processador solicitado obedecendo às seguintes características:
 - 35.3.1.1. Ser do mesmo fabricante do computador ou fabricada sob sua especificação para uso exclusivo (OEM, homologado pelo fabricante do computador). Não serão aceitas placas principais de livre comercialização no mercado;
 - 35.3.1.2. Possuir suporte a velocidades de barramento de sistema (*system bus*) compatíveis com o processador e com a memória solicitada;
 - 35.3.1.3. Possuir BIOS com suporte a UEFI;



SENADO FEDERAL

- 35.3.1.4. Ser compatível com Windows 11 Pro, 64 bits, ou superior;
 - 35.3.1.5. Possuir tecnologia de segurança TPM (*Trusted Platform Module*), versão 2.0 ou superior, integrado à placa principal;
 - 35.3.1.6. Para a implementação e uso dos recursos que o TPM possui, em conjunto com o sistema de segurança oferecido, deverão ser fornecidos todos os programas de computador necessários para a utilização destas tecnologias.
- 35.4. BIOS/UEFI
- 35.4.1. Considerando a necessidade de cadastramento patrimonial dos equipamentos, bem como a ativação do sistema operacional via *hardware* de forma automática, o BIOS dos produtos deverá obedecer às seguintes características:
 - 35.4.1.1. Deverá possuir campo apropriado para a gravação de informações patrimoniais (*Asset Tag*);
 - 35.4.1.2. Permitir a colocação de no mínimo 15 (quinze) caracteres, composto do endereço lógico e patrimônio, no campo *Asset Tag*;
 - 35.4.1.3. Ser compatível com a tecnologia OEM 3.0, possuindo a chave de ativação do Windows gravada na mesma, para que o Windows possa ser ativado automaticamente;
 - 35.4.2. Além das características citadas acima, o BIOS deverá atender ao que segue:
 - 35.4.2.1. Ter sido lançado a partir de 2018 e entregue na versão mais atual disponibilizada pela fabricante;
 - 35.4.2.2. Ter sido desenvolvido pelo próprio fabricante do equipamento, ou com direitos de *copyright*, garantindo que o fabricante possui direito de livre edição do BIOS, com capacidade de implementar atualizações e correções de segurança, informando o modelo e a versão da mesma. Caso o BIOS seja ofertado em regime de *copyright*, o fabricante do BIOS deverá atestar que o fabricante do equipamento possui livre direito de edição sobre o mesmo, garantindo assim adaptabilidade e manutenibilidade do conjunto adquirido;
 - 35.4.2.3. Possuir sistema de autorrecuperação em caso de falha, restabelecendo o BIOS a partir de uma cópia segura disponível no próprio equipamento;
 - 35.4.2.4. Suportar o recurso WOL (*Wake on LAN*) e PXE (*Pré-boot Execution Environment*);
 - 35.4.2.5. Suportar ACPI 2.0 (*Advanced Configuration and Power Interface*) com controle automático de rotação do ventilador da CPU;
 - 35.4.2.6. Suportar a tecnologia de provisão/contingenciamento de falhas de disco rígido S.M.A.R.T;



SENADO FEDERAL

- 35.4.2.7. Possuir a funcionalidade de salvar as configurações do BIOS e recuperação posterior;
- 35.4.2.8. Suportar atualizações remotas via software;
- 35.4.3. O fabricante do equipamento deverá disponibilizar todas as atualizações de BIOS, inclusive com versões anteriores, permitindo assim a escolha pelo upgrade ou downgrade.
- 35.5. Gerenciamento *Out-Of-Band* (OOBM):
 - 35.5.1. O equipamento entregue deverá permitir, por meio de código de acesso ou senha, acessar e controlar o vídeo, o mouse e o teclado dos usuários, dando acesso gráfico também ao BIOS e ao POST da máquina, independentemente do estado ou versão do sistema operacional, através de protocolo TCP/IP. Todo o hardware necessário para suportar esta funcionalidade (placa principal, placa de rede e processador) também fazem parte do escopo de contratação;
 - 35.5.2. A tecnologia de gerenciamento remoto deve sinalizar enquanto o equipamento estiver sendo acessado remotamente pelo gerenciamento *out-of-band*;
 - 35.5.3. As configurações das funcionalidades de gerenciamento presentes na placa principal deverão poder ser feitas sem a necessidade de intervenção presencial junto à máquina;
- 35.6. Unidades de armazenamento:
 - 35.6.1. O equipamento deverá ser entregue com uma unidade de disco de estado sólido (SSD do tipo M.2) para o sistema operacional e aplicativos dos usuários, conectado diretamente à placa principal através de interface do tipo PCI-e NVMe. Esta unidade deverá ter capacidade mínima de 512 GB (Quinhentos e doze Gigabytes) e desempenho mínimo de 2000 MB/s para leitura sequencial e de 1000 MB/s para gravação sequencial.
 - 35.6.2. O equipamento deverá vir com um segundo dispositivo de armazenamento interno instalado, padrão SATA 3.0 ou superior, com capacidade mínima de 1 TB (um terabyte) e desempenho mínimo de 500 MB/s para leitura e gravação sequencial;
- 35.7. A controladora de vídeo deverá:
 - 35.7.1. Possuir placa de vídeo dedicada com as seguintes características:
 - 35.7.1.1. Mínimo de 6 GB de memória VRAM GDDR6;
 - 35.7.1.2. Largura de barramento de memória de 192 bits;
 - 35.7.1.3. Velocidade mínima de 14 Gbps;
 - 35.7.1.4. GPU *Clock* mínimo de 1,5 GHz;
 - 35.7.2. Possuir pelo menos 2 (dois) conectores para monitor de vídeo externo sendo HDMI ou DisplayPort;
 - 35.7.3. Possuir suporte a DirectX 12 ou superior;
 - 35.7.4. Ser capaz de suportar a operação do software (suíte) OBS Studio para gravação e transmissão simultâneas na resolução 1080p/60Hz;
- 35.8. Comunicação:



SENADO FEDERAL

- 35.8.1. O equipamento entregue deverá possuir 02 (duas) interfaces de rede local Ethernet, integrada, LAN – 100/1000 Mbps, “AUTOSENSING”, com interface UTP RJ-45 fêmea;
- 35.8.2. Não serão aceitos dispositivos do tipo USB, PCMCIA, EXPRESS CARD ou similares.
- 35.9. Conexões externas mínimas integradas:
 - 35.9.1. O equipamento entregue deverá possuir, pelo menos, 6 (seis) portas padrão USB (Universal Serial Bus), integradas ao gabinete, sendo:
 - 35.9.1.1. No mínimo 4 (quatro) portas de padrão USB 3.x ou superiores;
 - 35.9.1.2. Ao menos uma das portas de padrão USB 3.x deverá ser do tipo USB-C;
 - 35.9.1.3. Não será aceito o uso de adaptadores;
 - 35.9.2. O equipamento entregue deverá permitir a conexão de fones de ouvido e/ou microfones, obedecendo às características:
 - 35.9.2.1. Deverá possuir ao menos 1 (um) conector de entrada para microfone;
 - 35.9.2.2. Deverá possuir ao menos 1 (um) conector de saída de áudio;
 - 35.9.2.3. Os conectores de entrada de microfone e saída de áudio, referidos acima, podem ser substituídos por um do tipo combo;
 - 35.9.3. O equipamento entregue deverá possuir ao menos 2 (duas) portas RJ-45 para Ethernet.
- 35.10. O equipamento deverá ser entregue com:
 - 35.10.1. Gabinete
 - 35.10.1.1. O gabinete deverá possuir sistema de resfriamento, monitorado pelo BIOS, dimensionado para perfeita refrigeração dos componentes internos;
 - 35.10.1.2. O gabinete deverá possuir um botão de acionamento (liga/desliga), além de LEDs indicadores de funcionamento (power on) e de atividade da unidade de armazenamento;
 - 35.10.1.3. O equipamento deverá ser em graduação da cor preta ao cinza, uma cor ou combinação dessas;
 - 35.10.2. Teclado, obedecendo às características:
 - 35.10.2.1. Acentuação na língua portuguesa, incluindo a cedilha e caracteres especiais;
 - 35.10.2.2. Possuir no mínimo 104 teclas;
 - 35.10.2.3. Possuir total compatibilidade com o padrão ABNT2;
 - 35.10.2.4. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;
 - 35.10.2.5. A conexão do teclado ao computador deverá ser com fio na porta USB;



SENADO FEDERAL

- 35.10.2.6. Deverá incluir teclado numérico destacado, disposto à direita do periférico;
- 35.10.2.7. Deverá seguir o mesmo padrão de cores do gabinete;
- 35.10.3. *Mouse*
 - 35.10.3.1. O equipamento deverá ser entregue com 1 (um) *mouse* com fio conectado na porta USB;
 - 35.10.3.2. Deverá seguir o mesmo padrão de cores do gabinete;
- 35.11. Alimentação elétrica:
 - 35.11.1. O equipamento deverá ser entregue com fonte de alimentação bivolt automática de 100-240 volts, 50-60 Hz com potência suficiente para seu perfeito funcionamento, considerando todos componentes instalados conforme especificado neste item.
- 35.12. Requisitos de segurança:
 - 35.12.1. O equipamento entregue deverá possuir mecanismo de controle de acesso ao interior do gabinete, por meio do uso de cadeado ou travas de segurança (padrões kensington, wedge dentre outros);
 - 35.12.2. O equipamento entregue deverá possuir mecanismo de fixação do equipamento ao mobiliário;
 - 35.12.3. Os mecanismos de segurança física anteriores devem fazer parte da estrutura do gabinete do computador, originais de fabricação, não sendo aceitas soluções dependentes de adesivos, colas ou outras adaptações;
 - 35.12.4. Os mecanismos de segurança física anteriores devem ser entregues com todos os acessórios necessários, como cabos, cadeados, parafusos, chaves, dentre outros;
- 35.13. Sistema operacional e programas:
 - 35.13.1. Será obrigatória a apresentação de todos os drivers e programas necessários ao funcionamento dos componentes dos equipamentos, acompanhados de instruções de instalação;
 - 35.13.2. Os equipamentos deverão ser fornecidos licenciados para o sistema operacional da Microsoft, Windows 11 Pro (ou mais recente), 64 bits, em português do Brasil, com sua chave de ativação gravada no BIOS;
 - 35.13.3. Os equipamentos deverão ser entregues com uma imagem de disco padrão instalada em todas as unidades. Esta imagem será elaborada pelo contratante em equipamento modelo fornecido previamente;
- 35.14. Requisitos de documentação:
 - 35.14.1. É obrigatória a apresentação da documentação original do fabricante de todos os componentes ofertados na proposta técnica, em inglês e/ou português, incluindo manuais de operação, instalação e configuração, que possam atestar as características técnicas;
 - 35.14.2. Entenda-se como documentação original do fabricante toda a informação disponibilizada pelo fabricante em seu sítio na internet referente aos equipamentos ofertados;



SENADO FEDERAL

- 35.14.3. Os itens que não puderem ser comprovados através da análise da amostra, da documentação do fabricante, ou sítios da Internet, serão motivo de diligência ou enviados para laboratório especializado.
- 35.15. Requisitos de compatibilidade:
 - 35.15.1. Todos os componentes, drivers e programas deverão ser compatíveis entre si e com o sistema operacional entregue.
- 35.16. Outros requisitos:
 - 35.16.1. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos com os mesmos modelos e marca dos utilizados nos equipamentos enviados para avaliação/homologação;
 - 35.16.2. O fabricante do equipamento deverá garantir que todos os componentes do produto sejam novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estejam fora de linha de fabricação por pelo menos 90 (noventa) dias após a publicação do edital;
- 35.17. Critério sustentável: o equipamento deve possuir certificação de conformidade sustentável de acordo com os padrões: Energy Star (obrigatório) e WEEE (Waste Electrical and Electronic Equipment) ou Lei nº 12.305/2010, art. 33 (Política Nacional de Resíduos Sólidos, Logística Reversa);

ITEM 36 - MONITOR PARA ESTAÇÃO DE TRABALHO

Referências: Dell E2222HS, LG 22BN550Y-B ou equivalente técnico.

Quantidade: 12 (seis) unidades

Descrição: Monitores para estação de trabalho do tipo Desktop.

Características mínimas:

- 36.1. Monitor com tamanho de tela de: 21 a 23 polegadas;
 - 36.1.1. Resolução: Full HD (1920 x 1080) ou superior;
 - 36.1.2. Relação de aspecto: 16:9;
 - 36.1.3. Brilho típico: ≥ 250 cd/m²;
 - 36.1.4. Relação de contraste: $\geq 3000:1$;
 - 36.1.5. Ângulo de visão (horizontal / vertical): 178/178;
 - 36.1.6. Profundidade de cores mínima deve ser de 16,7 milhões;
- 36.2. Deve possuir conectividade de entrada: HDMI e DisplayPort;
- 36.3. Taxa de atualização: ≥ 75 Hz;
- 36.4. Tempo de resposta GtG (cinza-cinza rápido): ≤ 5 ms;
- 36.5. A base do suporte dos monitores deve permitir ajuste de altura ergonômico;
- 36.6. Alimentação de energia: AC 100 - 240 V, 50/60 Hz;
- 36.7. Acessórios:
 - 36.7.1. Devem ser fornecidos todos os cabos para conexão com a estação de trabalho especificada no item 35;
- 36.8. Critério sustentável: o equipamento deve possuir certificação de conformidade sustentável de acordo com os padrões: Energy Star



SENADO FEDERAL

(obrigatório) e WEEE (Waste Electrical and Electronic Equipment) ou Lei nº 12.305/2010, art. 33 (Política Nacional de Resíduos Sólidos, Logística Reversa);

- 36.9. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários à operação imediata, tais como cabos acessórios, licenças, base, parafusos, entre outros;
- 36.10. Manual de operação em língua portuguesa ou inglesa.

ITEM 37 - SERVIÇO DE INSTALAÇÃO

Quantidade: 1 (um)

Descrição: Instalação e configuração dos equipamentos de áudio e vídeo nas salas de aula objeto deste projeto e passagem de cabos no auditório Antônio Carlos Magalhães.

Características mínimas:

- 37.1. Realizar a instalação dos equipamentos nas paredes, no forro de gesso do teto e na região de operação de cada sala, bem como providenciar sua interconexão;
- 37.2. Após os testes finais para a aceitação da instalação, a contratada deverá fornecer documentação completa com no mínimo os seguintes itens:
 - 37.2.1. Manuais de operação;
 - 37.2.2. Manuais de manutenção para os equipamentos dos Itens 1 a 5;
 - 37.2.3. Manuais de configuração dos equipamentos;
 - 37.2.4. Tabelas com os parâmetros de configuração aplicados nos equipamentos, como endereços de IP dentre outros;
 - 37.2.5. Outros documentos, arquivos, aplicativos e descritivos necessários à configuração e intervenções seguras nos equipamentos.
- 37.3. Quanto à instalação dentro das salas de aula do ILB
 - 37.3.1. A contratada deverá instalar eletrocalhas adequadas por trás do forro de gesso, fazer a passagem de cabos diversos (rede, áudio e outros necessários ao funcionamento dos equipamentos), conectar e interligar todos os equipamentos corretamente (switch de rede, câmeras PTZ, remoto da câmera, microfone de teto, alto-falantes, DSP e outros necessários ao funcionamento correto do sistema);
 - 37.3.2. Os monitores de exibição *touchscreen* devem ser seguramente fixados no suporte adquirido;
 - 37.3.3. Os comandos efetuados nos monitores de exibição devem ser reconhecidos pelas estações de trabalho;
 - 37.3.4. Quaisquer cabos, conectores ou acessórios para montagem e interligação dos equipamentos além dos que estão explicitados neste documento deverão ser fornecidos pela contratada sem ônus adicional ao Senado;
 - 37.3.5. Eventuais perdas e avarias causadas pela contratada deverão ser ressarcidas ao Senado;



SENADO FEDERAL

- 37.3.6. Todos os procedimentos técnicos adotados pela contratada durante a instalação deverão observar as orientações do fabricante, além de outras estabelecidas pelo órgão técnico do Senado;
- 37.3.7. A contratada não deverá modificar a infraestrutura já existente;
- 37.3.8. A programação da execução dos serviços deverá ser acertada com a COENGTVR e o ILB levando-se em conta a agenda dessas áreas;
- 37.4. Quanto à configuração dos equipamentos das salas do ILB
 - 37.4.1. Caberá à contratada realizar a configuração e assegurar o correto funcionamento dos sistemas de vídeo e áudio a serem instalados;
 - 37.4.2. Os endereços de IP das câmeras, dos painéis remotos de controle, dos microfones, dos alto-falantes e dos DSPs deverão ser definidos de acordo com as orientações da Secretaria de TI do Senado, o Prodasen;
 - 37.4.3. As imagens devem ser disponibilizadas no software OBS de cada uma das estações que o tiverem instalado, devendo ser instalados quaisquer *plug-ins* necessários para tal fim;
 - 37.4.4. A comunicação entre o remoto e as câmeras deve ser estabelecida, bem como devem ser definidos determinados *presets*;
 - 37.4.5. A integração entre as câmeras e microfone para rastreamento de locutor deve ser configurada, se disponível;
 - 37.4.6. Cada uma das estações de trabalho com o software OBS deve estar preparada para receber pelo DSP o sinal de áudio gerado na sala;
 - 37.4.7. O áudio e a imagem da sala devem estar disponibilizados no Microsoft Teams;
 - 37.4.8. O software de gerenciamento de áudio deve calibrar os parâmetros de equalização acústica para cada sala;
 - 37.4.9. Nos componentes em que for necessário, deve-se configurar corretamente o algoritmo de cancelamento de eco acústico (AEC) para garantir que o sinal do alto-falante não seja realimentado nos microfones;
 - 37.4.10. Nos componentes em que for necessário, deve-se configurar corretamente os algoritmos de redução de ruído (NR) e controle automático de ganho (ACG);
 - 37.4.11. Deve-se definir adequadamente o volume de cada um dos alto-falantes bem como instruir como ajustes podem ser feitos;
 - 37.4.12. O microfone deve ter seu ganho calibrado, bem como definidas as zonas de captura, ênfase e exclusão;
 - 37.4.13. Devem ser efetuadas quaisquer outras configurações essenciais para o correto funcionamento do sistema de videoconferência;
- 37.5. Quanto à instalação dentro do auditório Antônio Carlos Magalhães (Interlegis)
 - 37.5.1. Caberá à contratada realizar a passagem dos cabos HDMI fibra óptica, a instalação de adaptadores e sua interconexão com os projetores, o computador do palco e a matriz de vídeo, conforme o diagrama esquemático dos equipamentos e a orientação da equipe do auditório;



SENADO FEDERAL

- 37.5.2. A distribuição dos cabos ópticos deverá ser: dois entre a cabine e o palco e três entre a cabine e os projetores;
- 37.5.3. Quaisquer cabos, conectores ou equipamentos adicionais, além da quantidade explicitada neste documento deverão ser fornecidos pela contratada sem ônus adicional ao Senado desde que sejam essenciais para o bom funcionamento do sistema;
- 37.5.4. Os cabos poderão ser passados em eletrocalhas já existentes no prédio, contudo cabe à contratada verificar a necessidade, ou não, de adaptações, correções ou da instalação de nova infraestrutura;
- 37.5.5. A contratada não deverá modificar a infraestrutura já existente;
- 37.5.6. Eventuais perdas e avarias causadas pela contratada deverão ser ressarcidas ao Senado;
- 37.5.7. Todos os procedimentos técnicos adotados pela contratada durante a instalação deverão observar as orientações do fabricante, além de outras estabelecidas pelo órgão técnico do Senado;
- 37.5.8. A programação da execução dos serviços deverá ser acertada com a COENGTVR e os responsáveis pelo auditório.

ITEM 38 - TREINAMENTO

Quantidade: 1 (um)

Descrição: Treinamento que forneça aos profissionais do Senado conhecimentos e habilidades suficientes para o bom uso e funcionamento da solução de videoconferência nas salas do ILB.

Características mínimas:

- 38.1. O treinamento será ministrado nas dependências do Senado Federal;
- 38.2. O treinamento deve ser suficiente para que os profissionais que o realizem sejam capazes de:
 - 38.2.1. Configurar os sistemas de vídeo, áudio e de videoconferência;
 - 38.2.2. Receber sinais de vídeo e áudio nas estações de trabalho;
 - 38.2.3. Utilizar quaisquer softwares que acompanhem os equipamentos de vídeo e áudio;
 - 38.2.4. Efetuar videoconferências pelo Microsoft Teams disponibilizando, com qualidade, o vídeo e o áudio da sala;
 - 38.2.5. Utilizar as funções *touchscreen* proporcionadas pelo monitor.
- 38.3. A contratada deverá entregar ao Senado Federal material didático em formato digital e impresso, elaborado com o conteúdo a ser aplicado, em número compatível com o de participantes;
- 38.4. O material didático deve estar escrito em língua portuguesa, podendo haver complementação em língua inglesa, e deve ser submetido à aprovação da COENGTVR com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos;
- 38.5. O treinamento deverá ser ministrado separadamente a 2 (duas) turmas, uma no período matutino e outra no período vespertino, durante 3 (três) dias, tendo carga horária de 12 horas por turma;



SENADO FEDERAL

- 38.6. O pagamento do valor integral deste item dependerá de avaliações a serem aplicadas ao instrutor e ao treinamento oferecidos;
- 38.7. A avaliação será feita por meio de formulário a ser preenchido por cada aluno, conforme mostrado abaixo:

AVALIAÇÃO DO TREINAMENTO								
Curso:								
Turma (matutino/vespertino):								
Instrutor:								
<i>Marque com "X" a nota que melhor representa cada item avaliado. Considere a ordem crescente em seu grau de satisfação, sendo 1 pouco satisfeito e 5 muito satisfeito.</i>								
Quesito		Nota					Peso	Pontuação por quesito (Nota x Peso)
		1	2	3	4	5		
1	Segurança e domínio do conteúdo.						2	<i>a</i>
2	Didática e clareza na transmissão do conhecimento.						2	<i>b</i>
3	Disposição para sanar dúvidas.						1	<i>c</i>
4	Ritmo de apresentação do conteúdo considerando o tempo disponível.						1	<i>d</i>
5	Riqueza de informações do Material didático.						2	<i>e</i>
6	Relevância do conteúdo ministrado considerando as reais necessidades do sistema.						2	<i>f</i>
7	Grau de aprendizado.						1	<i>g</i>
Pontuação:							$a + b + c + d + e + f + g$	

- 38.8. O somatório ($a+b+c+d+e+f+g$) define a Pontuação Obtida (PO) na avaliação do treinamento realizada por cada aluno participante.
- 38.9. A Pontuação Total Obtida (PTO) nas avaliações de treinamento corresponderá à soma de todas as Pontuações Obtidas (PO) nas avaliações realizadas pelos alunos participantes ($PTO = PO \times N^{\circ}$ de alunos).
- 38.10. A Pontuação Máxima Possível (PMP) corresponderá ao somatório de todos os quesitos atribuindo-lhes a nota máxima (5) e multiplicado pelo seu respectivo peso. Em seguida, multiplica-se o resultado da soma pelo número de alunos participantes.
- 38.11. O Resultado Final do Treinamento (RFT) será calculado por meio da razão percentual da Pontuação Total Obtida (PTO) pela Pontuação Máxima Possível (PMP), arredondada para o inteiro mais próximo.



SENADO FEDERAL

- 38.12. Se ao término da avaliação o Resultado Final do Treinamento (RFT) apresentar índice inferior a 70%, o treinamento ministrado deverá ser refeito com a substituição obrigatória do instrutor e a readequação do material didático, sendo o percentual de pagamento definido pelo resultado da primeira avaliação.
- 38.13. O valor do resultado final da avaliação do treinamento deverá ser consolidado no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme quadro abaixo.
- 38.14. A forma de pagamento a ser realizada pela prestação do serviço de treinamento deverá respeitar os intervalos discriminados na tabela abaixo:

Resultado Final do Treinamento	Percentual de Pagamento
90% a 100%	100%
80% a 89%	98%
70% a 79%	96%
60% a 69%	94%
50% a 59%	92%

ITEM 39 - SERVIÇO DE SUPORTE E MANUTENÇÃO

Quantidade: 54 (cinquenta e quatro) meses

Descrição: Serviço de suporte e manutenção para os equipamentos adquiridos.

Características mínimas:

- 39.1. O serviço de suporte e manutenção será prestado com vistas a manter os equipamentos fornecidos nesta especificação técnica em perfeitas condições de uso, devendo englobar a remoção de problemas apresentados, quer sejam causados por materiais, softwares, plug-ins, drivers ou defeitos em componentes. Deve englobar também a solução de problemas de configuração;
- 39.2. Os equipamentos fornecidos devem ser novos, de primeiro uso e virem com garantia de 12 (doze) meses pelo fabricante;
- 39.3. A contratada deve oferecer atendimento à distância, por e-mail, telefone ou outro meio disponível acertado entre as partes, e presencialmente nas dependências do Senado Federal;
- 39.3.1. A resposta ao atendimento à distância deve ser fornecida dentro de 4 (quatro) horas após o acionamento da contratada;
- 39.3.2. O atendimento no local deve ser feito dentro de 2 (dois) dias úteis após a requisição, devendo-se diagnosticar e resolver o problema ou dar início à resolução;



SENADO FEDERAL

- 39.3.3. Os prazos para resolução do problema estão descritos no item 39.4;
- 39.3.4. No caso de atendimento à distância, não será permitido acesso remoto aos equipamentos do sistema de fora do Senado Federal;
- 39.4. A fim de manter o funcionamento dos equipamentos fornecidos, durante o prazo do serviço, será substituída, sem ônus para o Senado, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;
 - 39.4.1. A logística de transporte, desde a retirada do local de instalação até a reinstalação, é de inteira responsabilidade da contratada;
 - 39.4.2. A substituição de peças das estações de trabalho deve ser feita em até 5 (cinco) dias corridos após a identificação do problema;
 - 39.4.3. A substituição de equipamentos que não sejam componentes das estações de trabalho deve ser feita em até 15 (quinze) dias corridos após a identificação do problema;
- 39.5. O serviço de manutenção poderá utilizar apenas peças e componentes originais e novos, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo Senado;
- 39.6. A Licitante deverá apresentar declarações ou certificados do Fabricante, juntamente com os equipamentos entregues, comprovando que o produto possui a garantia solicitada neste documento;
- 39.7. O conserto no local, assim como a retirada e devolução do equipamento, caso o mesmo precise ser removido, deverá acontecer no Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, na Avenida N2 Bloco 12;
- 39.8. Caso ocorra qualquer problema na unidade de armazenamento das estações de trabalho:
 - 39.8.1. Sua substituição deverá ser realizada no local onde o equipamento se encontra instalado. É vedado o envio da unidade de armazenamento pelo correio ou por quaisquer outros meios de entrega;
 - 39.8.2. A troca da unidade de armazenamento danificada deverá ser feita por profissional qualificado e capaz de realizar a substituição de tal componente, necessariamente na presença de um técnico do Senado Federal;
 - 39.8.3. Em caso de troca da unidade de armazenamento, o componente defeituoso permanecerá em posse do Senado Federal, por medida de segurança e confidencialidade de informações;
- 39.9. Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados, inclusive as atualizações durante todo o período de garantia, devem estar disponíveis para download no website do fabricante do equipamento;
- 39.10. Caso o nível de serviço (atendimento telefônico, a visita presencial ou a substituição de peças) ultrapasse o prazo definido acima para cada categoria de serviço, a licitante está sujeita à glosa do serviço de manutenção a ser pago naquele mês, calculada a partir do Total de Horas Efetivamente Glosadas (THEG);



SENADO FEDERAL

- 39.10.1. O THEG é calculado como o excedente de horas decorridas entre a efetiva realização do serviço e o prazo de atendimento definido contratualmente, nos itens 39.3 e 39.4, multiplicado por um peso que depende da severidade do problema, acumulado para todos os chamados de suporte acumulados no mês;
- 39.10.2. São definidos os seguintes graus de severidade e seus respectivos pesos para o cálculo do THEG:
- 39.10.2.1. Grau 1: ainda é possível realizar videoconferências, mas alguma funcionalidade pouco perceptível se torna indisponível. Peso igual a 0,2;
- 39.10.2.1.1. Exemplos: alguma câmera deixa de ser controlada;
- 39.10.2.2. Grau 2: ainda é possível realizar videoconferências, mas algum componente importante se torna indisponível. Peso igual a 1;
- 39.10.2.2.1. Exemplos: uma câmera, um alto-falante ou um microfone de uma sala deixam de funcionar;
- 39.10.2.3. Grau 3: não é possível realizar videoconferências. Peso igual a 3;
- 39.10.2.3.1. Exemplos: o DSP, a tela de exibição, ambas as câmeras, ambos os alto-falantes ou todos os microfones em uma sala deixam de funcionar; o áudio da sala entregue para a videoconferência é incompreensível;
- 39.10.3. Será glosado do pagamento mensal do serviço de suporte a porcentagem calculada como $\text{THEG}/720 \times 100\%$, limitado a 30%;
- 39.10.4. Definindo TRS como o tempo para a realização da tarefa de suporte, PRS como o prazo contratual para a realização da tarefa de suporte, FC como o fator de correção, PMC o pagamento mensal contratual e PME o pagamento mensal efetivo, as seguintes equações resumem a medição de resultado para o serviço de suporte:

$\text{THEG} = \sum (\text{TRS} - \text{PRS}) * \text{peso}$ (soma acumulando todos os chamados vigentes no mês)

$\text{FC} = \text{THEG}/720$, que pode variar de 0% a 30%

$\text{PME} = \text{PMC} * (1 - \text{FC})$



SENADO FEDERAL

- 39.11. Caso a licitante deixe de sanar o mesmo problema por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, o nível de severidade do problema poderá ser considerado maior nos meses seguintes, além de a licitante estar sujeita à multa contratual;



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024

(Processo nº 00200.013430/2022-59)

ANEXO 3

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, objetivando o fornecimento de equipamentos para viabilizar cursos e treinamentos na modalidade híbrida em duas salas de aula, da melhoria da qualidade do vídeo no auditório Antônio Carlos Magalhães e da prestação de serviço de suporte a longo prazo desse sistema, para o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal.

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, telefone nº (____) _____ e _____, CNPJ-MF nº _____ / ____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela _____, CPF nº _____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/20____, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento digital nº _____ do Processo nº 00200.013430/2022-59 incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº _____, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14 de 2022 e 15 de 2022, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o fornecimento de equipamentos para viabilizar cursos e treinamentos na modalidade híbrida em duas salas de aula, da melhoria da qualidade do vídeo no auditório Antônio Carlos Magalhães e da prestação de serviço de suporte a longo prazo desse sistema, para o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal, de acordo com os



SENADO FEDERAL

termos e especificações constantes deste contrato, do edital e seus anexos, que serão partes integrantes para todos os fins.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

I - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

II - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

III - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;

IV – manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

V – manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário;

VI – não se negar à abertura de chamado, de ocorrência, de incidente, ou à prestação do respectivo atendimento, a qualquer título, salvo em decorrência de caso fortuito ou motivo de força maior avaliado pelo SENADO;

VII – prestar suporte a todas as funcionalidades presentes e necessárias para o pleno funcionamento dos equipamentos;

VIII – manter os equipamentos em condições normais de funcionamento e segurança;

IX – reportar imediatamente qualquer anormalidade, erro ou irregularidade que possa comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades do SENADO;

X – reportar imediatamente qualquer anormalidade, erro ou irregularidade que possa comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades do SENADO; e

XI – corrigir durante a vigência do contrato, sem custos adicionais, os defeitos ou as imperfeições dos serviços executados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo se houver autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUINTO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O prazo de instrução referido no Parágrafo Sexto desta cláusula somente terá início após a verificação por parte do Gestor da avença acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O SENADO e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo SENADO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei



SENADO FEDERAL

n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO QUINTO – Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA fornecerá/ executará o objeto deste contrato, parceladamente, nos seguintes prazos:

I - Materiais e equipamentos referentes aos itens 32 e 33: no máximo, 30 (trinta) dias corridos; **materiais e equipamentos referentes aos demais itens (1 a 31 e 34 a 36)**: no máximo, 120 (cento e vinte) dias corridos; ambos contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento;

II - Serviços de instalação (item 37): no máximo, 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da emissão da ordem de serviço para execução da instalação; início da instalação em até 10 (dez) dias corridos a contar da data de recebimento provisório dos equipamentos e materiais, com conclusão em, no máximo, 30 (trinta) dias corridos;

III - Serviço de treinamento (item 38): no máximo, 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da emissão da ordem de serviço para execução do treinamento; início do treinamento em até 07 (sete) dias corridos a contar da data de finalização do serviço de instalação, com conclusão em, no máximo, 05 (cinco) dias corridos;

IV - Serviços de suporte e manutenção (item 39): a execução se iniciará a contar da data de recebimento definitivo dos **todos** materiais e equipamentos a serem fornecidos (itens 1 a 36) da data de recebimento definitivo dos equipamentos e materiais a serem fornecidos e do serviço de instalação a ser prestado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os materiais e equipamentos objeto deste Contrato, edital e anexos deverão ser entregues na TV Senado, localizado no Senado Federal, Via N2, Anexo II – Brasília-DF – CEP: 70165-900, em dias úteis, durante o horário das 8h às 16h.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os serviços de instalação (item 37) e suporte e manutenção (item 39) deste Contrato, edital e anexos deverão ser prestados no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e no auditório Antônio Carlos Magalhães, localizados no Senado Federal, Via N2 – Brasília-DF – CEP: 70165-900, conforme especificações descritas no Anexo 2 do edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA fornecerá os produtos conforme as marcas e especificações discriminadas em sua proposta.

PARÁGRAFO QUARTO – Os produtos serão fornecidos em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, prazo de validade, nome do fabricante, endereço e registro no órgão competente (Anatel, Inmetro, dentre outros), se for o caso.

I- Os equipamentos fornecidos devem ser novos, de primeiro uso e virem com garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses pelo fabricante.

PARÁGRAFO QUINTO – O prazo de garantia das instalações, dos equipamentos e dos materiais e equipamentos utilizados deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto (funcionamento pleno do sistema), conforme Parágrafo Décimo Primeiro desta Cláusula.

PARÁGRAFO SEXTO – O término do prazo de garantia não eximirá a CONTRATADA de prestar a manutenção e o suporte técnico nos termos descritos na especificação técnica do sistema. (Anexo 2).

PARÁGRAFO SÉTIMO – A comunicação entre o SENADO e a CONTRATADA se dará pelos e-mails coengtvr@senado.leg.br ou ychoi@senado.leg.br ou por meio de documento físico endereçado a Coordenação de Engenharia de TV e Rádio (COENGTVR) no Senado Federal, Via N2, Anexo 2, Brasília-DF – CEP: 70165-900.

PARÁGRAFO OITAVO – Para atendimento de manutenção ou suporte técnico, deverão ser respeitados o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Cláusula Quinta e os meios de comunicação estabelecidos nos termos da especificação técnica deste objeto.

PARÁGRAFO NONO – Efetivada a entrega dos itens 32 e 33 do Anexo 2 do edital, estes itens serão recebidos:

I – Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

II – Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos contados da data do recebimento provisório destes itens, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO – Efetivada a entrega dos materiais e equipamentos (itens 1 a 31 e 34 a 36 do Anexo 2 do edital e o serviço de instalação (item 37), o objeto será recebido:

I – Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade dos materiais e equipamentos com as exigências contratuais;

II – Definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos contados da data do recebimento provisório do serviço de instalação, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais e o sucesso em testes do sistema.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Efetivada a prestação do serviço de treinamento (item 38), o objeto será recebido:

I – Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

II – Definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais a satisfação com o treinamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Efetivada a prestação dos serviços mensais de suporte e manutenção (item 39), será emitido, mensalmente, por servidor ou comissão designada para este fim, até o 5º dia útil subsequente ao período de 30 (trinta) dias de serviços prestados, termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A tabela a seguir resume os prazos limite, contados a partir da celebração do contrato, de início e entrega dos objetos, conforme descrito no caput e parágrafos nono a décimo primeiro desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Constatadas irregularidades nas instalações, nos equipamentos ou nos materiais entregues, o SENADO poderá:

I - Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito;

II - Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de instalação, equipamentos ou materiais considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Caberá à CONTRATADA o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis ou conforme o prazo estipulado no serviço de suporte e manutenção, contados do recebimento da notificação do gestor.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do § 2º, do art. 80, do ADG nº 14/2022.

I - Para os fins no item acima, a CONTRATADA deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

CLÁUSULA QUINTA – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

A CONTRATADA deverá prestar os serviços definidos no edital, seus anexos e neste contrato, de acordo com os níveis de serviço abaixo especificados, estando sujeita a glosas pelo descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os níveis de serviço apresentados neste IMR têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os indicadores a seguir definem os parâmetros a serem observados no cumprimento do IMR:

Nº 01 - INDICADOR DE QUALIDADE DO TREINAMENTO	
Item	Descrição
Finalidade	<i>Medir a satisfação com o treinamento do sistema.</i>
Meta a cumprir	<i>Ao menos 90% para o pagamento integral; menos do que 70% acarretará em repetição do treinamento.</i>
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	<i>Avaliação preenchida pelos funcionários que participarem do treinamento.</i>
Periodicidade	<i>Única vez.</i>
Mecanismo de cálculo	<i>De acordo com tabela detalhada no Anexo 2 – Especificações técnicas, item 38 e Cláusula Sétima.</i>



SENADO FEDERAL

Nº 01 - INDICADOR DE QUALIDADE DO TREINAMENTO	
Item	Descrição
Faixas de ajuste no pagamento	De 92% a 100% do total, a depender da avaliação do treinamento.
Sanções	Repetição do treinamento caso o indicador de qualidade seja menor do que 70% e multa de 8% do valor do serviço, sendo ele pago apenas quando o treinamento for aprovado.
Observações	Detalhes no Anexo 2 – Especificações Técnicas, item 38 e Cláusula Sétima.

Nº 02 - INDICADOR DE SUPORTE TÉCNICO (IST)	
Item	Descrição
Finalidade	Medir o grau de solução dos problemas que vierem a acometer o sistema.
Meta a cumprir	Resposta ao atendimento remoto: 4 (quatro) horas após a primeira tentativa de chamado. Atendimento no local: 2 (dois) dias úteis após a identificação da necessidade. Substituição de peças de estações de trabalho, monitores e seus acessórios: 5 (cinco) dias corridos após a identificação do problema. Substituição de outros equipamentos: 15 (quinze) dias corridos após a identificação do problema.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	De acordo com a severidade de incidentes e com os prazos de resolução, conforme detalhado Anexo 2 do edital – Especificações técnicas, item 39 e Cláusula Oitava.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	De acordo com a severidade de incidentes e com os prazos de resolução, conforme detalhado no Anexo 2 do edital – Especificações técnicas, item 39 e Cláusula Oitava.
Faixas de ajuste no pagamento	Até 30% do valor do pagamento mensal, de acordo com o mecanismo de cálculo definido
Sanções	Ultrapassado o limite máximo de glosa de 30% da base de cálculo do indicador definida neste IMR, será aplicada a multa específica prevista no Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Quinta.
Observações	Detalhes no Anexo 2 do edital – Especificações Técnicas, item 39 e Cláusula Sétima.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEXTA- DA INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

A CONTRATADA deverá realizar a instalação e configuração dos equipamentos de áudio e vídeo nas salas de aula objeto deste projeto, assim como a passagem de cabos no auditório Antônio Carlos Magalhães.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quanto aos prazos para instalação:

I - A COENGTVR emitirá a ordem de serviço para execução da instalação em até 5 (cinco) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Equipamentos e Materiais;

II - O prazo final para que a CONTRATADA conclua a montagem do sistema será de 10 (dez) dias úteis a partir da emissão da ordem de serviço para execução da instalação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá realizar a instalação dos equipamentos nas paredes, no forro de gesso do teto e na região de operação de cada sala, bem como providenciar sua interconexão.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Após os testes finais para a aceitação da instalação, a CONTRATADA deverá fornecer documentação completa com no mínimo os seguintes itens:

I - Manuais de operação;

II - Manuais de manutenção para os equipamentos dos Itens 1 a 5;

III - Manuais de configuração dos equipamentos;

IV - Tabelas com os parâmetros de configuração aplicados nos equipamentos, como endereços de IP dentre outros;

V - Outros documentos, arquivos, aplicativos e descritivos necessários à configuração e intervenções seguras nos equipamentos.

PARÁGRAFO QUARTO – Quanto à instalação dentro das salas de aula do ILB:

I - A CONTRATADA deverá instalar eletrocalhas adequadas por trás do forro de gesso, fazer a passagem de cabos diversos (rede, áudio e outros necessários ao funcionamento dos equipamentos), conectar e interligar todos os equipamentos corretamente (switch de rede, câmeras PTZ, remoto da câmera, microfone de teto, alto-falantes, DSP e outros necessários ao funcionamento correto do sistema);

II - Os monitores de exibição *touchscreen* devem ser seguramente fixados no suporte adquirido;

III - Os comandos efetuados nos monitores de exibição devem ser reconhecidos pelas estações de trabalho;



SENADO FEDERAL

IV - Quaisquer cabos, conectores ou acessórios para montagem e interligação dos equipamentos além dos que estão explicitados neste documento deverão ser fornecidos pela CONTRATADA sem ônus adicional ao SENADO;

V - Eventuais perdas e avarias causadas pela CONTRATADA deverão ser ressarcidas ao SENADO;

VI - Todos os procedimentos técnicos adotados pela CONTRATADA durante a instalação deverão observar as orientações do fabricante, além de outras estabelecidas pelo órgão técnico do SENADO;

VII - A CONTRATADA não deverá modificar a infraestrutura já existente;

VIII - A programação da execução dos serviços deverá ser acertada com a COENGTVR e o ILB levando-se em conta a agenda dessas áreas.

PARÁGRAFO QUINTO – Quanto à configuração dos equipamentos das salas do ILB:

I - Caberá à CONTRATADA realizar a configuração e assegurar o correto funcionamento dos sistemas de vídeo e áudio a serem instalados;

II - Os endereços de IP das câmeras, dos painéis remotos de controle, dos microfones, dos alto-falantes e dos DSPs deverão ser definidos de acordo com as orientações da Secretaria de TI do Senado, o Prodasen;

III - As imagens devem ser disponibilizadas no software OBS de cada uma das estações que o tiverem instalado, devendo ser instalados quaisquer plug-ins necessários para tal fim;

IV - A comunicação entre o remoto e as câmeras deve ser estabelecida, bem como devem ser definidos determinados *presets*;

V - A integração entre as câmeras e microfone para rastreamento de locutor deve ser configurada, se disponível;

VI - Cada uma das estações de trabalho com o software OBS deve estar preparada para receber pelo DSP o sinal de áudio gerado na sala;

VII - O áudio e a imagem da sala devem estar disponibilizados no Microsoft Teams;

VIII - O software de gerenciamento de áudio deve calibrar os parâmetros de equalização acústica para cada sala;

IX - Nos componentes em que for necessário, deve-se configurar corretamente o algoritmo de cancelamento de eco acústico (AEC) para garantir que o sinal do alto-falante não seja realimentado nos microfones;



SENADO FEDERAL

X - Nos componentes em que for necessário, deve-se configurar corretamente os algoritmos de redução de ruído (NR) e controle automático de ganho (ACG);

XI - Deve-se definir adequadamente o volume de cada um dos alto-falantes bem como instruir como ajustes podem ser feitos;

XII - O microfone deve ter seu ganho calibrado, bem como definidas as zonas de captura, ênfase e exclusão;

XIII - Devem ser efetuadas quaisquer outras configurações essenciais para o correto funcionamento do sistema de videoconferência;

PARÁGRAFO SEXTO – Quanto à instalação dentro do auditório Antônio Carlos Magalhães (Interlegis):

I - Caberá à CONTRATADA realizar a passagem dos cabos HDMI fibra óptica, a instalação de adaptadores e sua interconexão com os projetores, o computador do palco e a matriz de vídeo, conforme o diagrama esquemático dos equipamentos e a orientação da equipe do auditório;

II - A distribuição dos cabos ópticos deverá ser: dois entre a cabine e o palco e três entre a cabine e os projetores;

III - Quaisquer cabos, conectores ou equipamentos adicionais, além da quantidade explicitada neste documento deverão ser fornecidos pela CONTRATADA sem ônus adicional ao SENADO desde que sejam essenciais para o bom funcionamento do sistema;

IV - Os cabos poderão ser passados em eletrocalhas já existentes no prédio, contudo cabe à CONTRATADA verificar durante a vistoria *in loco* a necessidade, ou não, de adaptações, correções ou da instalação de nova infraestrutura;

V - A CONTRATADA não deverá modificar a infraestrutura já existente;

VI - Eventuais perdas e avarias causadas pela CONTRATADA deverão ser ressarcidas ao SENADO;

VII - Todos os procedimentos técnicos adotados pela CONTRATADA durante a instalação deverão observar as orientações do fabricante, além de outras estabelecidas pelo órgão técnico do SENADO;

VIII - A programação da execução dos serviços deverá ser acertada com a COENGTVR e os responsáveis pelo auditório.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SÉTIMA - DO TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá fornecer aos profissionais do SENADO conhecimentos e habilidades suficientes para o bom uso e funcionamento da solução de videoconferência nas salas do ILB.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O treinamento será ministrado nas dependências do SENADO, em Brasília – DF.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O início do treinamento não ultrapassará o prazo de 7 (sete) dias corridos a contar da data de finalização do serviço de instalação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O treinamento deve ser suficiente para que os profissionais que o realizem sejam capazes de:

- I - Configurar os sistemas de vídeo, áudio e de videoconferência;
- II - Receber sinais de vídeo e áudio nas estações de trabalho;
- III - Utilizar quaisquer softwares que acompanhem os equipamentos de vídeo e áudio;
- IV - Efetuar videoconferências pelo Microsoft Teams disponibilizando, com qualidade, o vídeo e o áudio da sala;
- V - Utilizar as funções *touchscreen* proporcionadas pelo monitor.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA deverá entregar ao SENADO material didático em formato digital e impresso, elaborado com o conteúdo a ser aplicado, em número compatível com o de participantes.

PARÁGRAFO QUINTO – O material didático deve estar escrito em língua portuguesa, podendo haver complementação em língua inglesa, e deve ser submetido à aprovação da COENGTVR com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis.

PARÁGRAFO SEXTO – O treinamento deverá ser ministrado separadamente a 2 (duas) turmas, uma no período matutino e outra no período vespertino, durante 3 (três) dias, tendo carga horária de 12 (doze) horas por turma.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O pagamento do valor integral d do serviço de treinamento (item 38) dependerá de avaliações a serem aplicadas ao instrutor e ao treinamento oferecido.

PARÁGRAFO OITAVO – A avaliação será feita por meio de formulário a ser preenchido por cada aluno, conforme mostrado abaixo:



SENADO FEDERAL

AVALIAÇÃO DO TREINAMENTO								
Curso:								
Turma (matutino/vespertino):								
Instrutor:								
<i>Marque com "X" a nota que melhor representa cada item avaliado.</i>								
<i>Considere a ordem crescente em seu grau de satisfação, sendo 1 pouco satisfeito e 5 muito satisfeito.</i>								
Quesito	Nota					Peso	Pontuação por quesito (Nota x Peso)	
	1	2	3	4	5			
1	Segurança e domínio do conteúdo.						2	<i>a</i>
2	Didática e clareza na transmissão do conhecimento.						2	<i>b</i>
3	Disposição para sanar dúvidas.						1	<i>c</i>
4	Ritmo de apresentação do conteúdo considerando o tempo disponível.						1	<i>d</i>
5	Riqueza de informações do Material didático.						2	<i>e</i>
6	Relevância do conteúdo ministrado considerando as reais necessidades do sistema.						2	<i>f</i>
7	Grau de aprendizado.						1	<i>g</i>
Pontuação:							$a + b + c + d + e + f + g$	

I - O somatório ($a+b+c+d+e+f+g$) define a Pontuação Obtida (PO) na avaliação do treinamento realizada por cada aluno participante.

II - A Pontuação Total Obtida (PTO) nas avaliações de treinamento corresponderá à soma de todas as Pontuações Obtidas (PO) nas avaliações realizadas pelos alunos participantes ($PTO = PO \times N^{\circ}$ de alunos).

III - A Pontuação Máxima Possível (PMP) corresponderá ao somatório de todos os quesitos atribuindo-lhes a nota máxima (5) e multiplicado pelo seu respectivo peso. Em seguida, multiplica-se o resultado da soma pelo número de alunos participantes.



SENADO FEDERAL

IV - O Resultado Final do Treinamento (RFT) será calculado por meio da razão percentual da Pontuação Total Obtida (PTO) pela Pontuação Máxima Possível (PMP), arredondada para o inteiro mais próximo.

V - Se ao término da avaliação o Resultado Final do Treinamento (RFT) apresentar índice inferior a 70%, o treinamento ministrado deverá ser refeito com a substituição obrigatória do instrutor e a readequação do material didático, sendo o percentual de pagamento definido pelo resultado da primeira avaliação.

VI - O valor do resultado final da avaliação do treinamento deverá ser consolidado no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme quadro abaixo.

VII - A forma de pagamento a ser realizada pela prestação do serviço de treinamento deverá respeitar os intervalos discriminados na tabela abaixo:

Resultado Final do Treinamento	Percentual de Pagamento
90% a 100%	100%
80% a 89%	98%
70% a 79%	96%
60% a 69%	94%
50% a 59%	92%

CLÁUSULA OITAVA - DO SUPORTE E MANUTENÇÃO

A CONTRATADA deverá prestar o serviço de suporte e manutenção com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, devendo englobar a remoção de problemas apresentados, quer sejam causados por materiais, *softwares*, *plug-ins*, *drivers* ou defeitos em componentes, além da solução de problemas de configuração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deve oferecer atendimento à distância, por e-mail, telefone ou outro meio disponível acertado entre as partes, e presencialmente nas dependências do SENADO, em Brasília – DF.

I - A resposta ao atendimento à distância deve ser fornecida dentro de 4 (quatro) horas após o acionamento da CONTRATADA;

II - O atendimento no local deve ser feito dentro de 2 (dois) dias úteis após a requisição, devendo-se diagnosticar e resolver o problema ou dar início à resolução;

III - Os prazos para resolução do problema estão descritos Parágrafo Segundo desta Cláusula;



SENADO FEDERAL

IV - No caso de atendimento à distância, não será permitido acesso remoto aos equipamentos do sistema de fora do SENADO;

PARÁGRAFO SEGUNDO – A fim de manter o funcionamento dos equipamentos fornecidos, durante o prazo do serviço, será substituída, sem ônus adicional para o SENADO, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos.

I - A logística de transporte, desde a retirada do local de instalação até a reinstalação, é de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

II - A substituição de peças das estações de trabalho deve ser feita em até 5 (cinco) dias corridos após a identificação do problema;

III - A substituição de equipamentos que não sejam componentes das estações de trabalho deve ser feita em até 15 (quinze) dias corridos após a identificação do problema.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O serviço de manutenção deverá utilizar apenas peças e componentes originais e novos, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA deverá apresentar declarações ou certificados do fabricante, juntamente com os equipamentos entregues, comprovando que o produto possui a garantia solicitada neste documento.

PARÁGRAFO QUINTO – O conserto no local, assim como a retirada e devolução do equipamento, caso o mesmo precise ser removido, deverá acontecer no Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, na Avenida N2 Bloco 12, SENADO, Brasília-DF.

PARÁGRAFO SEXTO – Caso ocorra qualquer problema na unidade de armazenamento das estações de trabalho:

I - Sua substituição deverá ser realizada no local onde o equipamento se encontra instalado, no prazo previsto no inciso III do Parágrafo Segundo desta cláusula. É vedado o envio da unidade de armazenamento pelo correio ou por quaisquer outros meios de entrega;

II - A troca da unidade de armazenamento danificada deverá ser feita por profissional qualificado e capaz de realizar a substituição de tal componente, necessariamente na presença de um técnico do SENADO;

III - Em caso de troca da unidade de armazenamento, o componente defeituoso permanecerá em posse do SENADO, por medida de segurança e confidencialidade de informações.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Todos os *drivers* para os sistemas operacionais suportados, inclusive as atualizações durante todo o período de garantia, devem estar disponíveis para download no *website* do fabricante do equipamento.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO OITAVO – Caso o nível de serviço (atendimento telefônico, a visita presencial ou a substituição de peças) ultrapasse o prazo definido nos parágrafos Primeiro e Segundo acima para cada categoria de serviço, a CONTRATADA está sujeita à glosa do serviço de manutenção a ser pago naquele mês, calculada a partir do Total de Horas Efetivamente Glosadas (THEG).

I - O THEG é calculado como o excedente de horas decorridas entre a efetiva realização do serviço e o prazo de atendimento definido contratualmente, nos Parágrafos Segundo e Terceiro desta Cláusula, multiplicado por um peso que depende da severidade do problema, acumulado para todos os chamados de suporte acumulados no mês;

II - São definidos os seguintes graus de severidade e seus respectivos pesos para o cálculo do THEG:

a) Grau 1: ainda é possível realizar videoconferências, mas alguma funcionalidade pouco perceptível se torna indisponível. Peso igual a 0,2;

Exemplos: alguma câmera deixa de ser controlada.

b) Grau 2: ainda é possível realizar videoconferências, mas algum componente importante se torna indisponível. Peso igual a 1;

Exemplos: uma câmera, um alto-falante ou um microfone de uma sala deixam de funcionar.

c) Grau 3: não é possível realizar videoconferências. Peso igual a 3;

Exemplos: o DSP, a tela de exibição, ambas as câmeras, ambos os alto-falantes ou todos os microfones em uma sala deixam de funcionar; o áudio da sala entregue para a videoconferência é incompreensível;

III - Será glosada do pagamento mensal do serviço de manutenção e suporte a porcentagem calculada como $\frac{THEG}{720} \times 100$, limitada a 30%.

IV - Definindo TRS como o tempo para a realização da tarefa de suporte, PRS como o prazo contratual para a realização da tarefa de suporte, FC como o fator de correção, PMC o pagamento mensal contratual e PME o pagamento mensal efetivo, as seguintes equações resumem a medição de resultado para o serviço de suporte:

$$THEG = \sum (TRS - PRS) \times \text{peso (soma acumulando todos os chamados vigentes no mês)}$$

$$FC = \frac{THEG}{720}, \text{ que pode variar de 0\% a 30\%}$$

$$PME = PMC \times (1 - FC)$$

PARÁGRAFO NONO – Caso a CONTRATADA deixe de sanar o mesmo problema por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, o nível de severidade do problema poderá ser considerado



SENADO FEDERAL

maior nos meses seguintes, além de a licitante estar sujeita à multa contratual, conforme Cláusula Décima Quinta.

CLÁUSULA NONA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº _____, não sendo permitida em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos e o pagamento de serviços e fornecimentos não executados ou executados de forma incompleta.

Item	Unidade	Quantidade	Especificação	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor total presente instrumento é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento dos **itens de 1 a 38** efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, condicionado ao termo de recebimento definitivo do objeto, conforme previsto nos Parágrafos Nono, Décimo e Décimo Primeiro da Cláusula Quarta, Parágrafo Terceiro desta cláusula, e à apresentação da garantia na forma da Cláusula Décima Terceira.

I - O pagamento do **item 39** (suporte e manutenção) efetuar-se-á **mensalmente**, conforme Parágrafo Décimo Segundo da Cláusula Quarta;

II - A não apresentação da garantia na forma prevista na Cláusula Décima Terceira não impede o pagamento do objeto, mas autoriza o SENADO a adotar a medida prevista no Parágrafo Décimo daquela Cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será efetuado após emissão dos termos de recebimento conforme a seguinte tabela:



SENADO FEDERAL

TERMO DE RECEBIMENTO	LIBERAÇÃO DO PAGAMENTO
Definitivo dos itens 32 e 33.	100% do valor desses itens.
Provisório dos itens 1 a 31 e 34 a 36.	60% do valor desses itens.
Definitivo dos itens 1 a 31 e 34 a 36.	40% do valor desses itens;
Definitivo do serviço de instalação.	100% do valor do serviço de instalação.
Definitivo do treinamento.	100% do valor do serviço de treinamento, ajustado pelo indicador de resultado.

PARÁGRAFO QUARTO – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO QUINTO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do Parágrafo Segundo desta Cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$



SENADO FEDERAL

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data de celebração deste contrato, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O arredondamento dos preços reajustados deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010:

I – Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

II – Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no Inciso I deste Parágrafo for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 191886 e Natureza de Despesa 339039; 449052, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº ___, de ___ de ___ de 20__.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em uma das seguintes modalidades:

I – caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II – seguro-garantia; ou

III – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do início da vigência contratual, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

I – Quando a CONTRATADA optar pela modalidade prevista no inciso II do *caput*, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, para renová-la ou complementá-la, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia será liberada após a execução plena deste contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor, conforme discriminado abaixo:

I – Para os itens referentes aos equipamentos, à instalação e ao treinamento (itens 1 a 38), após o recebimento definitivo do objeto dos referidos itens; e



SENADO FEDERAL

II – Para o item referente ao serviço de suporte técnico (item 39), após o término da vigência do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA, exceto quanto ao previsto no Parágrafo Quarto desta Cláusula.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

I – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

II – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

III – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no Parágrafo Sétimo desta Cláusula, correspondente a ____% (____ por cento) do valor atualizado do contrato.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

I – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.

II – O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Em relação ao item 39 (suporte e manutenção), caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

I – As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.



SENADO FEDERAL

II – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por esta razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

III – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo do 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o SENADO deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008 e no Ato da Diretora-Geral nº 14 de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato ou no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

- I** - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II** - der causa à inexecução total do contrato;
- III** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV** - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Segundo que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou, ainda, quando a CONTRATADA:

- I** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO QUARTO – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro a autoridade competente poderá:



SENADO FEDERAL

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 90º (nonagésimo);

PARÁGRAFO SEXTO - O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a contratada às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Quarto da Cláusula Nona ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência e na sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do Parágrafo Quarto.

PARÁGRAFO NONO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima Terceira sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor total do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, considerando sempre o maior prazo constante na Cláusula de vigência, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Décima Terceira no caso do Item 39 (suporte e manutenção).



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO – O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Quarto e sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quinto e Décimo, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Ressalvadas as penalidades do inciso I do Parágrafo Quarto, o somatório das demais multa prevista nesta Cláusula não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato, no caso do Item 39 (suporte e manutenção).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no parágrafo anterior poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato, no caso do Item 39 (suporte e manutenção).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

- I** – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** – as peculiaridades do caso concreto;
- III** – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** – os danos que dela provierem para o Senado Federal;
- V** – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- VI** – a não reincidência da infração;
- VII** – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- VIII** – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo Quarto.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A extinção do contrato poderá ser:

- I** - determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II** – consensual, por acordo entre as partes; ou
- III** – determinada por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de até 60 (sessenta) meses consecutivos:

I - para o fornecimento dos materiais e equipamentos (itens 1 a 36), assim como a prestação do serviço de instalação (item 37) e de treinamento (item 38): de até 6 (seis) meses consecutivos ou até a execução plena do objeto, contados a partir da assinatura do contrato, aquela que ocorrer primeiro, observando-se a possibilidade de prorrogação automática prevista no art. 111 da Lei nº 14.133/21;



SENADO FEDERAL

II - para o serviço de suporte e manutenção (item 39): de 54 (cinquenta e quatro) meses consecutivos, a contar da data do recebimento definitivo do serviço de instalação (item 37), podendo ser prorrogado, por iguais períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Administração poderá extinguir o contrato referente ao serviço de suporte e manutenção (item 39), sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, no que se refere ao serviço de suporte e manutenção (item 39), deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, referente ao serviço de suporte e manutenção (item 39), nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o SENADO quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

PARÁGRAFO QUARTO – Em atenção ao Parágrafo anterior, exceto diante de fato superveniente e devidamente justificável, a recusa da CONTRATADA em assinar o termo aditivo de prorrogação de vigência manifestada após o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do encerramento da vigência do contrato poderá ensejar:

I - o enquadramento da ocorrência no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 com a aplicação de multa na forma do inciso I do Parágrafo Quarto da Cláusula Décima Segunda deste contrato.

II - conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato, de modo a, diante da impossibilidade prática de realização de novo procedimento licitatório, viabilizar a contratação do objeto remanescente do contrato nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO – Toda prorrogação de prazo, no que se refere ao serviço de suporte e manutenção (item 39), deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica definido o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.



SENADO FEDERAL

Brasília-DF, de de 20__

DIRETORA-GERAL

SENADO FEDERAL

Representante da Contratada

RG n.º _____

CPF n.º _____

TESTEMUNHAS:

DIRETOR

DIRETOR



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024

(Processo nº 00200.013430/2022-59)

ANEXO 4

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Coordenação de Processamento Externo de Licitações, nos termos do **Capítulo X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____ / ____						
Data de abertura:						
Nome da empresa:						
CNPJ:						
Endereço:						
CEP:						
Telefone: (DDD)						
E-mail:						
Dados Bancários:						
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)						
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)						
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)						
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)						
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? () Sim () Não						
ITEM	QUANT.	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					R\$	R\$
					R\$	R\$
					R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024

(Processo nº 00200.013430/2022-59)

ANEXO 5

PLANTA DO INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO-ILB

O arquivo com a planta que consta do NUP 00100.194023/2023-42-3 (ANEXO: 003) será disponibilizado às licitantes pela COPEL, juntamente com o edital, no Sistema Eletrônico Compras.gov.br.